



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU Nº 63/2010, da DN TCU Nº 108/2010, da Portaria TCU Nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (*especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver*).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

EDSON LUIZ BONETTI

Superintendente Regional

ROMERO FILIPE ARAÚJO PEREIRA

Chefe da Procuradoria Regional

JOSÉ ALVES RODRIGUES FILHO

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

RUBERVAL LOPES DA SILVA

Chefe da Divisão de Desenvolvimento

VALDECY ALVES DOS SANTOS

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

MARIA JOSÉ CARNEIRO

Chefe da Divisão de Administração

JANDIR MELLA

Chefe da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

SUMÁRIO

Organograma Funcional.....	15
Introdução.....	24
PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	26
1 Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	27
2 Objetivos e Metas Institucionais.....	28
2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade – Papel da Unidade na execução das políticas públicas.....	28
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	29
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	29
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras.....	30
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento.....	30
2.2.4 Divisão de Administração.....	31
2.3 Programas e ações sob a responsabilidade da Unidade.....	32
2.3.1 PROGRAMA 0135 – Assentamentos para Trabalhadores Rurais.....	32
2.3.1.1 AÇÃO 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.....	33
2.3.1.2 AÇÃO 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	35
2.3.1.3 AÇÃO 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária.....	37
2.3.1.4 AÇÃO 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	39
2.3.1.5 AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	41
2.3.2 PROGRAMA 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	43
2.3.2.1 AÇÃO 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	44
2.3.2.2 AÇÃO 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	46
2.3.2.3 AÇÃO 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	48
2.3.2.4 AÇÃO 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.....	50
2.3.2.5 AÇÃO 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	52
2.3.2.6 AÇÃO 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	54
2.3.2.7 AÇÃO 0427 – Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	56
2.3.2.8 AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	58
2.3.3 PROGRAMA 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	60
2.3.3.1 AÇÃO 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	61
2.3.3.2 AÇÃO 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	64
2.3.3.3 AÇÃO 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos.....	66
2.3.3.4 AÇÃO 8380 – Retomada de Terras Públicas.....	67
2.3.3.5 AÇÃO 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	68

2.3.3.6 AÇÃO 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	69
2.3.4 PROGRAMA 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	72
2.3.4.1 AÇÃO 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	73
2.3.5 PROGRAMA 1120 – Paz no Campo.....	75
2.3.5.1 AÇÃO 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas. 76	
2.3.5.2 AÇÃO 4284 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas. 79	
2.3.5.3 AÇÃO 4304 – Mediação de Conflitos Agrários.....	80
2.3.6 PROGRAMA 1336 – Brasil Quilombola.....	81
2.3.6.1 AÇÃO 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	82
2.3.6.2 AÇÃO 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	83
2.3.7 PROGRAMA 1350 – Educação no Campo.....	84
2.3.7.1 AÇÃO 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	85
2.3.7.2 AÇÃO 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	87
2.3.7.3 AÇÃO 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	89
2.3.7.4 AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	91
2.3.8 PROGRAMA 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.....	92
2.3.8.1 AÇÃO 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	93
2.3.8.2 AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	96
2.3.9 PROGRAMA 0750 – Apoio Administrativo.....	98
2.3.9.1 AÇÃO 2000 – Administração da Unidade.....	99
2.3.10 PROGRAMA 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.....	101
2.3.10.1 AÇÃO 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural.....	101
2.3.11 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas.....	103
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	104
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	104
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	104
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	105
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência. .	106
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	106
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	108
2.5 Indicadores Institucionais.....	113
3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	120
3.1 Análise Crítica.....	120
4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	121
4.1 Análise Crítica.....	121
5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.....	122
5.1 Composição do quadro de servidores ativos.....	122

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	126
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	127
5.4 Demonstração de custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	128
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	129
5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	130
5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	132
6 Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	133
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	133
6.2 Análise Crítica.....	139
7 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	141
8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	142
8.1 Análise Crítica.....	143
9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	144
10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010).....	147
11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010).....	149
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	149
11.1.1 Análise crítica.....	152
12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	153
13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	154
14 Informações sobre Renúncia Tributária.....	155
15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010).....	156
16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	160
PARTE B – Informações Contábeis da Gestão (Parte B Do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010).....	162
17 Demonstrações contábeis previstas na Lei Nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	164
PARTE C – Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	189
18 Apresentar o Cronograma de Levantamento Relativo à Documentação Cartorária de Imóveis Rurais Acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/Nº 12/2006), dos Cartórios de Registro de Imóveis Contendo, no Mínimo, as Seguintes Informações.....	190
19 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	191

LITA DE TABELAS

Tabela29.....	11
TabelaA-1-1.....	27
TabelaFisica8384.....	33
TabelaExecucao8384.....	33
TabelaRAP8384.....	33
TabelaFisica8387.....	35
TabelaExecucao8387.....	35
TabelaRAP8387.....	35
TabelaFisica8374.....	37
TabelaExecucao8374.....	37
TabelaRAP8374.....	37
TabelaFisica4460.....	39
TabelaExecucao4460.....	39
TabelaRAP4460.....	39
TabelaFisicaGAP0135.....	41
TabelaExecucaoGAP0135.....	41
TabelaRAPGAP0135.....	41
TabelaFisica8396.....	44
TabelaExecucao8396.....	44
TabelaRAP8396.....	44
TabelaFisica8398.....	46
TabelaExecucao8398.....	46
TabelaRAP8398.....	46
Tabela28.....	47
TabelaFisica4320.....	48
TabelaExecucao4320.....	48
TabelaRAP4320.....	49
TabelaFisica4358.....	50
TabelaExecucao4358.....	50
TabelaRAP4358.....	50
TabelaFisica10YN.....	52
TabelaExecucao10YN.....	52
TabelaRAP10YN.....	53
TabelaFisica2B06.....	54
TabelaExecucao2B06.....	54
TabelaRAP2B06.....	54
TabelaFisica0427.....	56
TabelaExecucao0427.....	56
TabelaRAP0427.....	56
TabelaFisicaGAP0137.....	58
TabelaExecucaoGAP0137.....	58
TabelaRAPGAP0137.....	58

TabelaFisica2105.....	61
TabelaExecucao2105.....	62
TabelaRAP2105.....	62
TabelaJustificativa2105-1.....	62
TabelaJustificativa2105-2.....	63
TabelaFisica4426.....	64
TabelaExecucao4426.....	64
TabelaRAP4426.....	64
TabelaFisica2110.....	66
TabelaExecucao2110.....	66
TabelaRAP2110.....	66
TabelaFisica8380.....	67
TabelaExecucao8380.....	67
TabelaRAP8380.....	67
TabelaFisica8378.....	68
TabelaExecucao8378.....	68
TabelaRAP8378.....	68
Tabela22.....	69
Tabela23.....	69
Tabela24.....	69
Tabela25.....	70
Tabela26.....	71
Tabela27.....	71
TabelaFisica4572.....	73
TabelaExecucao4572.....	73
TabelaRAP4572.....	73
TabelaFisica2109.....	76
TabelaExecucao2109.....	76
TabelaRAP2109.....	76
TabelaFisica4284.....	79
TabelaExecucao4284.....	79
TabelaRAP4284.....	79
TabelaFisica4304.....	80
TabelaExecucao4304.....	80
TabelaRAP4304.....	80
TabelaFisica1642.....	82
TabelaExecucao1642.....	82
TabelaRAP1642.....	82
TabelaFisica0859.....	83
TabelaExecucao0859.....	83
TabelaRAP0859.....	83
TabelaFisica4474.....	85
TabelaExecucao4474.....	85
TabelaRAP4474.....	86

TabelaFisica6952.....	87
TabelaExecucao6952.....	88
TabelaRAP6952.....	88
TabelaFisica8370.....	89
TabelaExecucao8370.....	89
TabelaRAP8370.....	89
TabelaFisicaGAP1350.....	91
TabelaExecucaoGAP1350.....	91
TabelaRAPGAP1350.....	91
TabelaFisica4470.....	93
TabelaExecucao4470.....	94
TabelaRAP4470.....	94
TabelaFisicaGAP1427.....	96
TabelaExecucaoGAP1427.....	96
TabelaRAPGAP1427.....	96
TabelaFisica2000.....	99
TabelaExecucao2000.....	100
TabelaRAP2000.....	100
TabelaFisica8402.....	101
TabelaExecucao8402.....	101
TabelaRAP8402.....	101
TabelaA-2-2.....	103
TabelaA-2-3.....	104
TabelaA-2-4.....	104
TabelaA-2-5.....	105
TabelaA-2-6.....	106
TabelaA-2-7.....	106
TabelaA-2-11.....	108
TabelaA-2-12.....	109
TabelaA-2-13.....	111
TabelaIndicadoresF.....	113
TabelaIndicadoresT.....	114
TabelaIndicadoresD-1.....	115
TabelaIndicadoresD-2.....	116
TabelaIndicadoresD-3.....	117
TabelaIndicadoresA.....	118
TabelaA-3-1.....	120
TabelaA-4-1.....	121
TabelaA-5-1.....	122
TabelaA-5-2.....	123
TabelaA-5-3.....	124
TabelaA-5-4.....	124
TabelaA-5-5.....	125
TabelaA-5-6.....	126

TabelaA-5-7.....	126
TabelaA-5-8.....	127
TabelaA-5-9.....	128
TabelaA-5-10.....	129
TabelaA-5-11.....	129
TabelaA-5-12.....	129
TabelaA-5-13.....	130
TabelaA-5-14.....	131
TabelaA-6-1.....	133
TabelaA-6-2.....	136
Tabela1.....	136
Tabela2.....	137
Tabela3.....	138
Tabela4.....	141
Tabela5.....	142
Tabela6.....	144
Tabela7.....	147
Tabela8.....	149
Tabela9.....	150
Tabela10.....	151
Tabela11.....	153
Tabela12.....	154
Tabela13.....	154
Tabela14.....	156
Tabela15.....	157
Tabela16.....	158
Tabela17.....	159
Tabela18.....	160
Tabela19.....	161
Tabela20.....	162

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	15
---------------	----

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola
AMC	Aquisição de Material de Construção
APP	Área de Preservação Permanente
ART	Anotações de Responsabilidade Técnica
Art.	Artigo
ASPLAN	Assessoria de Planejamento e Controle
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assessoria Técnica e Extensão Rural
ATES	Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
AUD	Auditoria Interna do INCRA – Brasília/DF
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSB	Brasília/DF
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CD	Conselho Diretor do INCRA em Brasília/DF
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR	Cadastro Nacional de Imóvel Rural
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DA	Diretoria de Gestão Administrativa
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DD	Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
DE	Diretoria de Gestão Estratégica
DEA	Coordenação-Geral de Monitoramento e Gestão da Informação
DECA	Delegacia Especializada de Conflitos Agrários
DET	Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF	Distrito Federal
DF	Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DN	Decisão Normativa
DOAMC	Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
DOU	Diário Oficial da União

DTM	Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
GAB	Gabinete
GAP	Gestão e Administração do Programa
GEE	Grau de Eficiência na Exploração
GPS	Global Positioning System
GT	Grupo de Trabalho
GUT	Grau de Utilização da Terra
há	hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA	Instituto Federal de Educação do Pará
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ISO	Organização Internacional para Padronização
km	quilômetro
LI	Licença de Instalação
LIO	Licença de Instalação e Operação
LO	Licença de Operação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Licença Prévia
m	metro
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MPF	Ministério Público Federal
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NE	Norma de Execução
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OAR	Ouvidoria Agrária Regional
OCI	Órgão de Controle Interno
OS	Ordem de Serviço
PA	Projeto de Assentamento
PA	Pará
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PB	Projeto Básico
PCA	Plano de Consolidação do Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento

PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEE	Plano Ecológico Econômico
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PGE	Plano Geral de Estatísticas
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PM	Prefeitura Municipal
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PO	Programação Operacional
Port.	Portaria
PPA	Plano Plurianual
PRA	Plano de Recuperação de Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSI	Política de Segurança da Informação
RA	Relatório de Auditoria
RAP	Restos A Pagar
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG	Relatório de Gestão
RG	Registro Geral (Carteira de Identidade)
RIBAC	Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RN	Registro de Nascimento
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEMA/PA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente / Pará
SETRAN	Secretaria de Estado de Transportes
SGBD	Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR	Sistema de Informações Rurais
SISPROT	Sistema de Protocolo
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIU	Sistema de Patrimônio Imobiliário da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SR	Superintendência Regional
SR(27)MB	Superintendência Regional do Sul do Pará (Marabá)
SRFA	Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TD	Título de Domínio
TDA	Títulos da Dívida Agrária
TI	Tecnologia da Informação
UA	Unidade Avançada
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG	Unidade Gestora
UGR	Unidade Gestora Responsável
UJ	Unidade Jurisdicionada
UMC	Unidades Municipais de Cadastramento
UO	Unidade Orçamentária

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional do INCRA no Sul do Pará – SR(27) com sede na cidade de Marabá (PA), é um órgão descentralizado, responsável pela coordenação e execução das ações do INCRA no Sul e Sudeste do Estado. Cabe à Superintendência coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática e modernização administrativa. Também deve garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA. Existem ainda quatro Unidades Avançadas, órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados à Superintendência, conforme disposto no Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicada no DOU de 09 de abril de 2009.

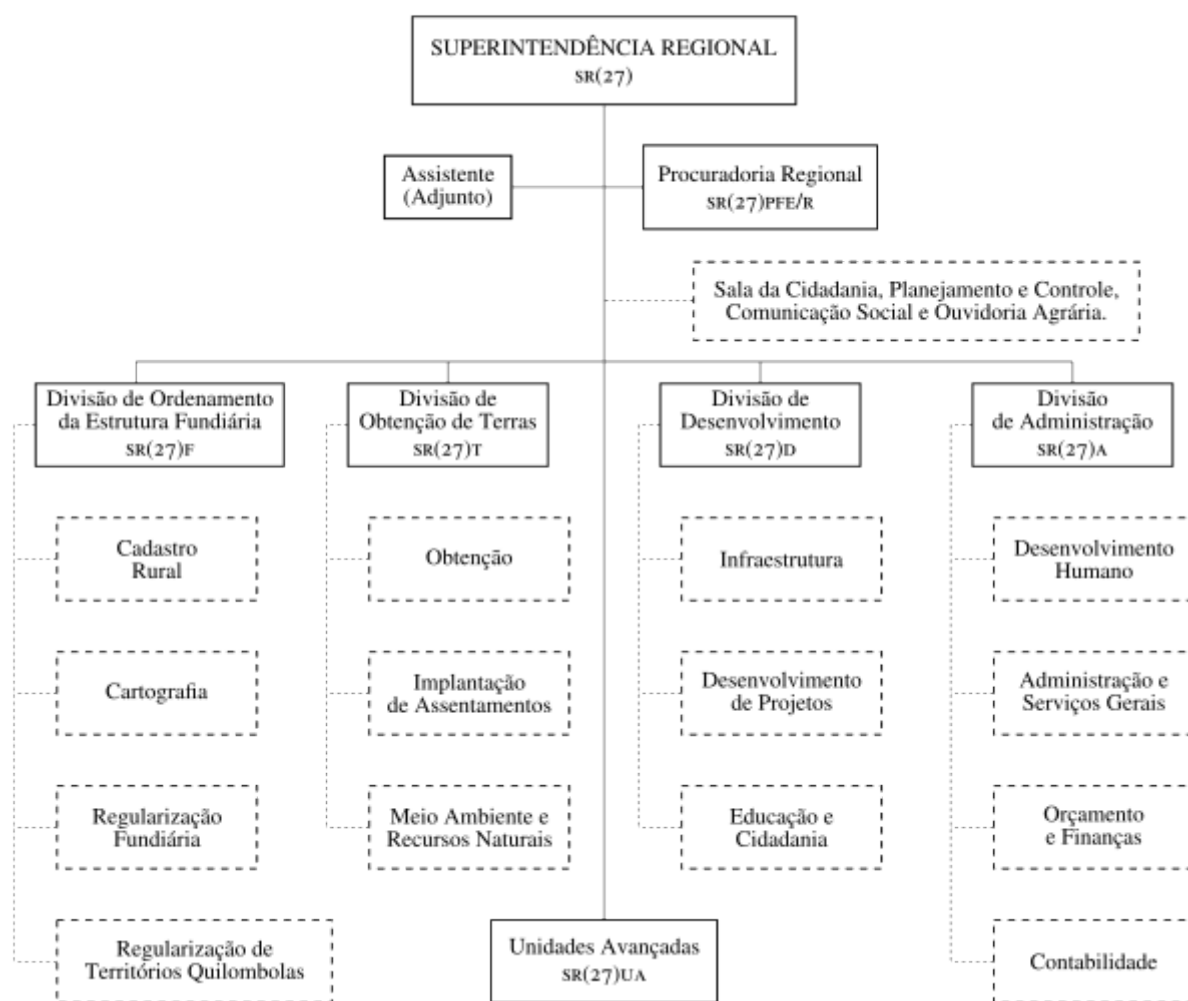


Figura 1: Organograma Funcional conforme Decretos Nº 5.735, de 27/03/2006 e Nº 5.928, de 13/10/2006.

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, apresentada através do organograma acima, foi definida através dos Decretos Nº 5.735, de 27/03/2006 e Nº 5.928, de 13/10/2006 e Portaria MDA Nº 69, de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto Nº 6.812, de 03/04/2009 e Portaria Nº 20, de 08/04/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – (SRFA(00)), no mesmo nível das demais divisões; estabelecendo as atribuições/competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

À Superintendência Regional – SR(27): órgão descentralizado, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do Cadastro de Imóveis Rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional – SR(27)G possuem as seguintes atribuições:

a) De Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania): gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR de acordo com as normas vigentes; emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR; emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) De Planejamento e Controle: Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional,

incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) De Comunicação Social: Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na Internet; produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) De Ouvidoria Agrária: Prevenir e mediar conflitos agrários; articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I. À Procuradoria Regional – SR(27)PFE/R: compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas coordenações-gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II. À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(27)F: compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural: Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e sua integração ao SNCR; propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; desenvolver as atividades neces-

sárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia: analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária: Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuados os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; elaborar o Plano Ecológico Econômico – PEE; analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas: Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID; propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; propor o reassen-

tamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III. À Divisão de Obtenção de Terras – SR(27)T: compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção: Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos: Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais: Elaboração de mapeamentos temáticos; adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV. À Divisão de Desenvolvimento – SR(27)D: compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura: Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATEs, e dos serviços de topografia; promover a identificação das

demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. elaborar os projetos básicos; a.2. analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos: Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades plurativas e solidárias nos projetos de assentamento; executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sociocultural e econômico dos projetos; analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania: Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do Programa de

Reforma Agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V. À Divisão de Administração – SR(27)A: compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano: Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade: Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; instaurar processos de Tomada de Contas Especial; promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI dos órgãos inadimplentes; controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais: Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; manter e controlar os serviços de telecomunicação; supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; controlar a autorização para transporte de cargas; recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a Sede do INCRA; manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças: Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de

despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; movimentar, sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI; registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI. À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – (SRFA(08)): compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(08)T): Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuados os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(08)A): Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; examinar as prestações de contas de diárias e suprimento de fundos; acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; expedir e receber a docu-

mentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII. Às Unidades Avançadas – SR(27)UA: são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às superintendências regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas, especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes às ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Individual é um documento que expressa e demonstra a execução física e orçamentária estabelecida no *Caderno de Metas*, que configura a *Programação Operacional 2011* da Superintendência Regional do Sul do Pará, ajustado pelo Decreto Nº 7.445, de 01/03/2011, dentre outras providências de natureza financeira, contábil, patrimonial etc., tidas como de interesse analítico pelos órgãos de controle. O referido documento se constitui numa das peças integrantes do processo de prestação de contas da UJ, nos termos da decisão prevista no art. 13, inciso II, da Instrução Normativa TCU Nº 63/2010 e do Anexo I da Decisão Normativa TCU Nº 108/2010.

Encontramos muitos obstáculos para monitorar e avaliar os resultados de nossas ações no âmbito da Superintendência, principalmente em se obter as informações de maneira sistêmica, talvez pela falta de instrumentos eficientes de coleta, armazenamento e disponibilização dos dados. Salvo algumas ações que precisam ser ajustadas no decorrer do tempo, utilizamos como base de dados o Relatório de Monitoramento do SIR, construído pela Coordenação-Geral de Monitoramento e Gestão da Informação – DEA. Apesar dos entraves e dificuldades que impactaram a execução dos trabalhos no decorrer do exercício, mesmo assim, a Superintendência de Marabá procurou cumprir objetivamente suas atribuições e compromissos com a gestão pública em sua área de atuação. Os resultados alcançados pela UJ na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade estão compatibilizados com a gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório ora apresentado.

Através de Ordem de Serviço (os) expedida pelo Gabinete da Superintendência, foi constituído o Grupo de Trabalho de elaboração do RG 2011, atendendo recomendação da DE/DEA do INCRA (Sede), e composta por servidores de cada divisão, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Controle da SR.

Contando com a conjugação de esforços de todos os membros indicados, foi possível elaborar e concluir o referido documento. Apesar das restrições orçamentárias e financeiras, decorrentes de corte no orçamento original do INCRA, contingenciamentos nas dotações orçamentárias aprovadas, dentre outros fatores, ainda assim, foi possível superar a programação de algumas metas finalísticas tidas como prioritárias no contexto do planejamento de suas ações. Outras não atingiram os objetivos propostos pelo fato de terem se defrontado com alguns entraves burocráticos e regulamentares no percurso de sua contratação ou execução, como se denota nas ações de Crédito Instalação, Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica (Estradas), Assistência Técnica e Capacitação de Assentados (ATES), bem como Obtenção de Terras para fins de assentamento de famílias de trabalhadores rurais.

Ao longo do tempo, o INCRA, através da Superintendência de Marabá, vem desenvolvendo um trabalho positivo no sentido de melhorar a qualificação dos assentamentos de reforma agrária de sua jurisdição, na busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Muitos projetos de assentamento já se tornaram unidades produtivas autossustentáveis. A SR vem trabalhando no sistema de parcerias com Estado e Municípios, como forma de agregar valores e implementar ações no sentido de viabilizar os serviços de infraestrutura básica de implantação e recuperação de estradas vicinais em áreas de assentamento,

objetivando permitir o acesso para escoamento da produção agrícola dos assentados. Também a formulação de contratos com empresas prestadoras de serviços na área de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar, é outra forma que vem obtendo bons resultados no que concerne à rentabilidade produtiva e geração de empregos na zona rural.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código Siorg: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Superintendência Regional do Sul do Pará		
Denominação Abreviada: SR(27)MB		
Código SIORG: 27615	Código LOA: –	Código SIAFI: 133080
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones de Contato: (94) 3324-1216 / (94) 3324-1752	Fax: (94) 3324-4120	
E-mail: Não há.		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Av. Amazônia, S/Nº – Agrópolis Amapá – CEP 68502-090 – Marabá – PA		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A SR foi criada através da Resolução/INCRA/CD/Nº 83, de 17 de outubro de 1996.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto Nº 6.812, de 03 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental do INCRA e Portaria/MDA Nº 20, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre o Regimento Interno do INCRA.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Boletim informativo interno. Algumas matérias avulsas são publicadas em jornal local.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
133081	Unidade Avançada de Tucuruí	
133082	Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia	
133083	Unidade Avançada de Conceição do Araguaia	
373063	Unidade Avançada de Xingu	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
–	–	

2 Objetivos e Metas Institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade – Papel da Unidade na execução das políticas públicas

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criada pelo Decreto-Lei Nº 1.110, de 09 de julho de 1970, com a missão precípua de implantar e conduzir a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como visão de futuro ser referência internacional de soluções de inclusão social. Está presente em todo o território brasileiro através de 30 superintendências regionais.

Os direitos, competências, atribuições e responsabilidades do órgão foram estabelecidos na Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), em legislação complementar e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 09 de abril de 2009.

De acordo com o Regimento Interno do INCRA, a Superintendência Regional é um órgão descentralizado, ao qual compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, regularização da estrutura fundiária, implantação e desenvolvimento de assentamentos rurais.

A Superintendência Regional do INCRA em Marabá (PA), trabalha com o universo de 495 projetos de assentamento, e área de abrangência em 39 municípios das regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará, beneficiando cerca de 69.778 famílias assentadas. Dentro das ações de sua competência, a SR, dotada dos instrumentos de que dispõe, vem desenvolvendo gestão no sentido de atender com eficiência e eficácia sua clientela rural, apesar das restrições orçamentárias e financeiras e um quadro deficiente de pessoal reduzindo a cada ano. Mesmo assim, o senso de superação dos servidores vem fazendo a *máquina* funcionar em busca dos objetivos estratégicos delineados anualmente, no intuito de dar cumprimento à sua programação operacional de metas, executar a Reforma Agrária visando a melhor distribuição da terra, onde abaixo podemos destacar algumas iniciativas que estão sendo desenvolvidas no âmbito da Regional, com a finalidade de oferecer digna qualidade de vida às famílias assentadas.

- Propiciar o acesso de assentados ao projeto de assentamento através da execução de obras de infraestrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola;
- Educação do Campo – capacitação e formação de profissionais nos níveis médio e superior para atuar nas áreas de assentamentos;
- Parcerias através de convênios com prefeituras municipais e outras entidades com o objetivo de atender demandas alternativas;
- Democratização das ações relativas ao programa de reforma agrária;
- Fazer gestão no sentido de promover paz, produção e qualidade de vida no meio rural;

- Promover Assistência Técnica, Social e Ambiental nos assentamentos de reforma agrária, no intuito de garantir o desenvolvimento rural sustentável;
- Conceder crédito apoio inicial, fomento, aquisição de material para construção e recuperação de moradia rural, como forma de fixação do assentado no seu lote de terra;
- Incentivo ao Programa de Documentação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em ação conjunta com órgãos vinculados à questão através dos Mutirões da Cidadania;
- Interagir com os movimentos sociais organizados, sindicatos e associações de trabalhadores rurais da região nas decisões de planejamento das ações estratégicas de reforma agrária;
- Incentivo à agroindústria e comercialização da produção rural nos assentamentos pelo Programa “Terra Sol” através de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais;
- Intervenção da Ouvidoria Agrária Regional na mediação de conflitos agrários e tensão social;
- Monitorar e dar assistência necessária nos acampamentos existentes na região de abrangência da SR;
- Ter a Reforma Agrária como mola propulsora do desenvolvimento rural integrado na região;
- Fomentar ações a serem desencadeadas no programa Territórios da Cidadania, no intuito de promover o desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do País que mais precisam de programas básicos de cidadania, mediante integração de ações do Governo Federal, Estadual e Municipal.
- Estimular o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF no âmbito da SR, orientando o assentado no sentido de gerar fonte de financiamento para dar sustentabilidade produtiva na sua terra.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

- Gerenciar os imóveis contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, integrando as informações do SNCR ao Serviço de Registro Imobiliário, bem como georreferenciar e regularizar as terras públicas federais arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA, na área de jurisdição da Superintendência Regional;
- Proceder as atualizações cadastrais e expedição de CCIR;
- Coordenar as atividades de cartografia e georreferenciamento da malha fundiária regional;

- Coordenar e monitorar as atividades desenvolvidas através das Unidades Municipais de Cadastramento; e
- Apoiar no sentido da implementação das ações desenvolvidas através do Programa Terra Legal Amazônia objetivando a regularização das áreas da União ocupadas por posseiros, cujos processos tramitarão por três etapas: o cadastramento do beneficiário e da área, o georreferenciamento das áreas cadastradas e a titulação da propriedade. O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em nove estados da Amazônia Legal, tendo como marco regulatório a Lei Nº 11.952/2009.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras

- Agilização dos processos de obtenção de terras apoiada na implantação de um sistema integrado de informações sobre terras e mercado, para possibilitar a implementação do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, definição de áreas prioritárias para intervenção governamental, sem cumprimento da função social, possibilitando a potencialização dos investimentos promotores de transformação da estrutura agrária;
- Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento;
- Identificação de áreas públicas com perspectiva de assentamento de famílias sem terra; e
- Licenciamento Ambiental de assentamentos da Reforma Agrária de acordo com as instruções normativas e protocolares junto aos órgãos de meio ambiente.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento

- Proporcionar o acompanhamento da situação socioeconômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas;
- Intensificar ações no sentido da demarcação topográfica e implantação de infraestrutura básica nos Projetos de Assentamento criados oficialmente pelo INCRA;
- Conceder crédito instalação como garantia de fixação e sustentabilidade às famílias assentadas;
- Promover o assessoramento técnico, social e ambiental para os assentados de forma a fomentar as práticas socioambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia;
- Fazer gestão no sentido de reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra nas áreas de assentamento;

- Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária, mediante celebração de convênio com instituições de ensino; e
- Implementar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, realizados através dos Mutirões da Cidadania, como forma de inclusão social ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal. Esta ação vem sendo executada com êxito pela SR.

2.2.4 Divisão de Administração

Fazer gestão no sentido da racionalização dos procedimentos das atividades administrativas, utilizando, dentre outros, a faculdade da renegociação dos contratos de prestação de serviços, controle das despesas, tais como: serviços de telecomunicações, energia elétrica, material de consumo, serviços de vigilância, limpeza e conservação predial, reprografia etc., além do controle e preservação do acervo patrimonial da UR, avaliando constantemente as demandas, visando essencialmente otimizar a relação custo/benefício. Os serviços de contabilidade e finanças estarão sempre aptos e eficientes à análise e conferência dos processos de despesas e o de recursos humanos habilitado às tarefas de sua alçada, mormente no que diz respeito a prestação de assistência ao servidor ativo e inativo da SR. Favorecer acesso à capacitação e qualificação dos servidores para melhor desempenho de suas atividades internas, procurando elevar a qualidade do trabalho junto à clientela rural. Administrar os serviços de transportes e executar as atividades de protocolo. Em razão das aposentadorias e saídas voluntárias de servidores que estão ocorrendo anualmente, a Superintendência Regional vem passando por dificuldades para executar seu plano de ação, dada a carência de recursos humanos em todas as áreas de atuação. Talvez a realização de concurso público regionalizado poderia ser a solução e amenizaria o fluxo de evasão de pessoal para outras localidades.

2.3 Programas e ações sob a responsabilidade da Unidade

2.3.1 PROGRAMA 0135 – Assentamentos para Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a Reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: José Alves Rodrigues Filho.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de produção familiar gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária; área (em hectares) vistoriada; área (em hectares) obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária; número de famílias beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária.

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

Principais Ações do Programa

- AÇÃO 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- AÇÃO 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais;
- AÇÃO 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária;
- AÇÃO 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária;
- AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa.

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária, especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamento (créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de Assentamento, Contrato de Crédito, certidões para fins de seguridade social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e) = (d × 100 ÷ a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família assentada (unidade)	1.040	1.186	0	1.186	114,04%	0

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
108.277,00	104.253,57	74.905,26	71,85%	68.695,26	65,89%	68.695,26	65,89%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
56.797,00	0,00	56.795,80	1,20

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2011, foram assentadas 1.186 famílias, ultrapassando em 114,04% a meta prevista de 1.040 famílias, sendo 339 famílias no Território da Cidadania Sudeste Paraense, 576 famílias no Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu e 271 famílias fora dos Territórios da Cidadania.

Em relação à execução orçamentária, que foi de 65,89% do previsto, informamos que a meta alcançada teve contribuição do levantamento ocupacional realizado pela Divisão de Desenvolvimento da SR(27), o que justifica a não utilização dos recursos totais previstos.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0135.8387	A	3	Área vistoriada (ha)	140.000	72.966	14.615	87.581	62,56%	52.419

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
142.000,00	244.611,03	211.049,59	86,28%	172.169,59	70,39%	172.169,59	70,39%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
64.298,64	34.404,64	29.894,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Foram executados através das equipes técnicas da Divisão de Obtenção de Terras, trabalhos de vistoria de avaliação em 3 imóveis rurais considerados de interesse social para fins de reforma agrária pela via da desapropriação, correspondente a uma área de 5.921,1621 ha, sendo 1 imóvel dentro do Território da Cidadania Sudeste Paraense (área de 3.529,4952 ha), 1 imóvel dentro do Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu (área de 1.491,4239 ha) e 1 imóvel fora dos Territórios da Cidadania (área de 900,2430 ha).

Em relação à vistoria preliminar, foram executadas 15 vistorias, perfazendo um total de 76.396,4428 ha, sendo 4 vistorias dentro do Território da Cidadania Sudeste Paraense (área de 17.210,1379 ha), 9 vistorias dentro do Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu (área de 54.771,6821 ha) e 2 vistorias fora dos Territórios da Cidadania (área de 4.414,6228 ha).

Foram computadas ainda na meta física, 5 vistorias iniciadas em exercícios anteriores, totalizando 14.615,1315 ha, sendo 1 vistoria de avaliação situada dentro do Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu (área de 1.757,3857 ha) e 4 vistorias preliminares totalizando uma área de 12.857,7458 ha, sendo 2 vistorias no Território da Cidadania Sudeste Paraense (área de 5.920,4371 ha) e 2 vistorias no Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu (área de 6.937,3087 ha).

Vale ressaltar, que foram vistoriados para outras finalidades, 8 imóveis rurais, totalizando uma área de 56.893,0983 ha, sendo 7 imóveis para aferição de Viabilidade de Assentamento, em áreas de pretensão minerária, onde poderá ocorrer desafetação de famílias assentadas em projetos de assentamento, bem como em áreas em processo de desapropriação em curso, mas também com interesse minerário. Essas vistorias não entraram diretamente na meta física, porém foram utilizadas para realização dos referidos trabalhos de vistorias as equipes técnicas da Divisão de Obtenção de Terras, bem como recursos financeiros.

O não cumprimento da meta física estipulada, se deu basicamente pela dificuldade na etapa de notificação dos proprietários dos imóveis, que é indispensável na execução das vistorias para aferição do cumprimento da função social da propriedade rural.

Em relação à execução orçamentária, ressaltamos que a área de jurisdição desta Superintendência é muito abrangente e que na maioria das vezes é de difícil acesso, onerando assim, o custo unitário por hectare na execução da ação em relação às demais Superintendências Regionais do INCRA.

2.3.1.3 Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA-INCRA e MMA-IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA Nº 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	8	5	0	5	62,50%	3

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
91.799,00	19.480,41	8.450,05	43,38%	7.042,45	36,15%	7.042,45	36,15%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
19.199,01	17.462,05	1.736,96	0,00

Fonte: SIAFI.

Para o licenciamento ambiental de projetos de assentamento da Reforma Agrária localizados no Pará, é exigido, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 387, de 27/12/2006, basicamente dois tipos de licenças: Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação e

Operação (LIO). A primeira é exigida e concebida na fase preliminar do planejamento dos projetos de assentamento, aprovando sua localização e concepção, bem como sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento. Já a lio é a licença que autoriza a implantação e operação dos projetos de assentamento, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes para sua operação.

Nesse sentido, a demanda oriunda da Divisão de Obtenção de Terras ao Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, no exercício de 2011, foi de 8 (oito) processos, dos quais foram realizados 5 (cinco) protocolos de solicitação de LP junto ao órgão ambiental competente.

Um dos grandes entraves para a solicitação de Licença Prévia para criação de projetos de assentamento é a incompatibilidade da Norma de Execução Nº 44 da SEMA/PA com as normativas do INCRA, uma vez que a norma do órgão estadual exige a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do imóvel, ficando inviável para o INCRA a realização de tal procedimento, uma vez que o imóvel ainda não é do seu domínio.

Desta forma, espera-se a adequação de normas e procedimento entre INCRA e SEMA/PA, para que se viabilize um número maior de solicitações de licenças ambientais e consequentemente a regularização ambiental dos projetos de assentamento.

2.3.1.4 Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à Reforma Agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária – TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a – d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	16.800	29.766	0	29.766	177,18%	0

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
16.455.000,00	47.809.525,48	47.809.335,36	100,00%	41.437.134,11	86,67%	41.437.134,11	86,67%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
2.744.505,21	1.589.199,35	1.155.305,86	0,00

Fonte: SIAFI.

A desapropriação ou aquisição do imóvel rural, após a edição do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, só estará consumada com a devida incorporação do imóvel em nome do INCRA, após o auto de imissão de posse pela Justiça Federal.

Foram desapropriados 4 (quatro) imóveis para o Programa Nacional de Reforma Agrária, perfazendo uma área total de 29.766 ha, sendo 2 (dois) imóveis abrangidos pelo Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu (área de 16.313,82 ha) e 2 (dois) imóveis abrangidos pelo Território da Cidadania do Sudeste Paraense (área de 13.452,38 ha).

Foram encaminhados 2 (dois) conjuntos de documentos (*kit* TDA) para lançamento de TDA e liberação de recursos para indenização de benfeitorias, totalizando uma área de 24.792,5677 ha. No entanto, não foram descentralizados recursos em tempo hábil por parte do INCRA (Sede) para obtenção dos referidos imóveis.

Foi decretado 1 (um) imóvel para fins de desapropriação para reforma agrária, com área total de 1.366,0654 ha, dentro do Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu.

Em relação à execução orçamentária, foram pagos R\$ 41.436.934,87 referentes aos 4 imóveis rurais que impactaram diretamente na meta física realizada de Obtenção de Terras para o exercício. Foram pagos ainda, atendendo comandos judiciais, o valor de R\$ 6.372.590,61 em imóveis rurais adquiridos em exercícios anteriores, não contabilizados na meta física do presente exercício, porém impactando financeiramente a ação.

O índice de gasto com Obtenção de Terras pela Superintendência foi de 1.392,09 reais/hectare, sendo considerado os 4 imóveis obtidos no exercício.

2.3.1.5 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.0135.2272	A	3	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
43.845,00	366.788,14	340.772,20	92,91%	284.654,20	77,61%	284.654,20	77,61%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
398.176,06	33.312,62	364.863,44	0,00

Fonte: SIAFI.

Essa ação não possui meta física. No entanto, o recurso que é disponibilizado para esta ação é de fundamental importância para gerir as demais ações do programa 0135, considerando que este recurso é utilizado nas despesas e serviços que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Os recursos descentralizados para esta ação foram utilizados mais especificamente para atender despesas de suporte operacional, na sede da Superintendência e unidades avançadas, no acompanhamento e execução das ações do programa citado, que compreendem: pagamento de publicações de matérias oficiais em jornal ou DOU, pagamento de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, aquisição de material de consumo (combustível e outros), deslocamentos através de concessões de diárias a servidores em objeto de serviços da Divisão de Obtenção de Terras, passagens aéreas, locação de veículos e contribuição no pagamento de outros serviços de terceiros realizados através de pessoa jurídica.

2.3.2 PROGRAMA 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a Reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ruberval Lopes da Silva.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de consolidação de projetos de assentamento.

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

Principais Ações do Programa

- Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento;
- Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento;
- Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol;
- Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento;
- Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária;
- Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária;
- Ação 0427 – Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas;
- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.2.1 AÇÃO 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rurais de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos projetos de assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida (unidade)	2.545	0	0	0	0,00%	2.545

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
14.000.000,00	15.448.407,00	15.448.407,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
34.578.803,75	981.602,79	14.012.077,74	19.585.123,22

Fonte: SIAFI.

Do limite autorizado de R\$ 15.448.407,00 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete reais), foi devidamente empenhado o valor de R\$ 15.448.407,00 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete reais), resultando numa execução orçamentária de 100,00%. Ressaltando que em relação ao valor programado na PO 2011, houve um decréscimo de recursos destinado a atender demanda solicitada pela SR, isso por falta de capacidade operacional e impossibilidade de assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal que seria realizado pelo INCRA (Sede)

em Brasília. Do valor provisionado e empenhado está inclusa a importância de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriunda de Emenda Parlamentar, para implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento na região Sul Paraense.

Os recursos programados nesta ação, apesar de restritos em função do passivo existente, destinam-se mais especificamente para realização de obras de infraestrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais e construção de pontes em áreas de projetos de assentamento da jurisdição da SR, no sentido de viabilizar o acesso e trafegabilidade a famílias de trabalhadores rurais das regiões Sul e Sudeste do Pará. Os recursos empenhados em 2011 proporcionaram a celebração de 8 (oito) Convênios através de Transferências à Municípios, os quais têm como objeto a implantação de 39,66 Km de estradas vicinais e recuperação de 582,74 Km de estradas vicinais, além da construção de 117 metros de ponte de concreto armado, cujas obras deverão ser acompanhadas e fiscalizadas no decorrer do próximo exercício.

A execução das obras de infraestrutura básica são acompanhadas e fiscalizadas pelo INCRA, através do Serviço de Infraestrutura da SR. Ressalte-se neste ponto, o deficiente quadro de pessoal habilitado para fiscalizar e receber as obras concluídas, contando apenas com 2 engenheiros civis e 1 técnico do setor na linha de frente.

Vale ressaltar que a capacidade de pagamento ficou prejudicada pela tempestividade na descentralização dos recursos orçamentários e financeiros, bem como, nos procedimentos de formalização dos convênios ao final do exercício, sem tempo hábil para liberação das parcelas, em virtude da falta da Licença Ambiental, pré-requisito para liquidação das mesmas.

As despesas processadas e não pagas no exercício 2011, ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas no exercício seguinte, de acordo com o cronograma de execução das obras conveniadas devido ainda não ter sido ocorrido descontingenciamento financeiro suficiente para liberação dos recursos inscritos em RAP, e com a liberação dos recursos no final do exercício, onde dará início ao período invernos, o que prejudica a execução dos serviços, ocorrendo atraso nos cronogramas de execução dos convênios.

2.3.2.2 Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida (unidade)	900	0	602	602	66,89%	298

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
1.430.731,00	1.124.318,80	1.124.318,80	100,00%	90.233,36	8,03%	90.233,36	8,03%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
382.008,40	518,41	381.489,98	0,01

Fonte: SIAFI.

Objetivando atender os serviços de topografia e geodésia programados para o exercício de 2011, houve a contratação de empresas credenciadas para executar os serviços de demarcação topográfica de parcelas rurais em Projetos de Assentamento criados no âmbito da Superintendência, de acordo especificados na quadro abaixo:

Empresa	Lote	Valor Contratado (R\$)	Parcelas
PROJETOP – Topografia e Geodésia Ltda	1	265.066,65	284
PROJETOP – Topografia e Geodesia Ltda	2	136.266,66	146
MARATOP – Marabá Topografia Ltda	3	326.666,66	350
DRENATEC – Engenharia Ltda	4	145.948,15	608
IMEDIATA – Topografia e Geodésia Ltda	5	174.333,81	903
SETA – Serviços Técnicos e Agrimensura Ltda	6	76.036,87	613
Total		1.124.318,80	2.904

Tabela 1 – Contratos de topografia e geodésia para demarcação topográfica.

O acompanhamento e fiscalização dos serviços topográficos contratados serão feitos por servidores habilitados para tal, através de ordem de serviço, no decorrer do próximo exercício.

Do total empenhado, foi pago apenas o valor de R\$ 287.833,54 (duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos) às licitantes vencedoras dos Lotes 1, 2 e 5, no que concerne a despesas de instalação e mobilização e a execução dos serviços de campo.

Segundo a asseguradora da ação, a meta não foi alcançada em razão dos recursos disponibilizados para a SR terem sido inferior a demanda existente. Outro fator que tem prejudicado a execução da demarcação topográfica nas regiões Sul e Sudeste do Pará, é a descentralização tardia dos recursos orçamentários, que ocorre normalmente em desconformidade com a obediência ao prazo do procedimento licitatório sem tempo hábil à análise jurídica e homologação das proposta vencedoras no processo de licitação, como também vem impedindo a execução dos serviços dentro do exercício vigente.

As despesas processadas e não pagas ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas de acordo com o cronograma de execução dos serviços contratados.

2.3.2.3 Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos projetos de assentamento rural, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos; b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da Reforma Agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (unidade)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIs.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
350.154,00	350.154,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação, recuperação e ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas – como turismo rural, artesanato e agroecologia – também são apoiadas.

No exercício de 2011 não houve recurso disponibilizado, e nem meta estabelecida, para execução da ação na Superintendência, ficando o recurso contingenciado no INCRA (Sede), e sua liberação dependeria de aprovação de projetos que fossem enviados. A SR(27) encaminhou processo administrativo Nº 54600.000823/2011-06, com proposta de projeto de implantação de laticínio no município de Canaã dos Carajás, com custo de R\$ 1.508.671,31 (um milhão quinhentos e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e um centavos). Após análise pela coordenação nacional da ação, o mesmo não foi aprovado devido ao alto valor do projeto.

Constava (re)inscrito como RAP no ano de 2011 o valor de R\$ 350.154,00 (trezentos e cinquenta mil e cento e cinquenta e quatro reais) correspondente ao processo Nº 54600.002554/2004-43, que trata de convênio celebrado com Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA, CNPJ Nº 02.181.929/0001-90, a qual consta como inadimplente junto ao INCRA, e por isso houve o cancelamento do RAP.

2.3.2.4 Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da Reforma Agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0137.4358	A	3	Documento de titulação expedido (unidade)	936	4.143	0	4.143	442,63%	0

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do Sír.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
125.056,00	495.156,00	443.174,43	89,50%	440.206,00	88,90%	440.206,00	88,90%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
4.590,56	4.094,80	495,76	0,00

Fonte: SIAFI.

Como preceito constitucional, “os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. As condições resolutivas constantes dos títulos de domínio expressam compromissos de inalienabilidade das parcelas tituladas por prazo determinado, a

preservação do meio ambiente e dos recursos naturais existentes, etc. Nesse sentido, convém ressaltar a importância do georreferenciamento dos imóveis rurais, onde são definidos com precisão os limites de cada propriedade, contribuindo para evitar erros de sobreposição de imóveis e a perfeita identificação do respectivo domínio. Dessa forma, foi elaborado o Manual de Titulação de Projetos com o objetivo de elencar os procedimentos necessários para emissão dos instrumentos de titulação, quais sejam: Contrato de Concessão de Uso – CCU; Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU e o Título de Domínio – TD, e traz todas as etapas e condicionantes de acesso e emissão dos documentos de titulação provisória e definitiva.

A execução desta ação, requer maior empenho no sentido da realização dos trabalhos de georreferenciamento nos lotes dos Projetos de Assentamento, o que a cada ano vem melhorando para elevar o índice de expedição de documentos de titulação na jurisdição da SR. No exercício de 2011, o setor de titulação expediu cerca de 4.143 documentos de titulação em Projetos de Assentamento, envolvendo somente Contratos de Concessão de Uso – CCU, superando desta feita, a meta programada. Quanto a emissão de Títulos de Domínio – TD, tem-se esbarrado mais propriamente na efetiva demarcação com georreferenciamento dos assentamentos e de seus lotes, o que de certa forma traz prejuízos aos dois lados, tanto do INCRA quanto aos assentados. Esperamos que no próximo exercício, os dirigentes locais possam fazer gestão no sentido de requerer os procedimentos regulamentares que possibilite ampliar os trabalhos de georreferenciamento dos imóveis rurais (PA's), visando atender uma demanda cada vez maior de beneficiários na ação de titulação.

Utilizando-se recursos orçamentários desta ação, por se enquadrar dentro dela, foi desencadeada operação técnica de vistoria ocupacional e regularização de informações cadastrais no SIPRA para avaliação e posterior procedimento de retomada de parcelas rurais irregularmente ocupadas na área de atuação da SR. Os dados coletados visam estabelecer em qual situação o lote se encontra e outros dados adicionais que permitam ajudar a caracterizar a ocupação ou apontar encaminhamentos de exceção extraídos no levantamento. O trabalho se iniciou neste exercício e se prolongará até o próximo, segundo cronograma elaborado pela equipe técnica da SR. O que ficou configurado nos trabalhos de revisão ocupacional, as notificações das situações diagnosticadas como irregulares, já foram entregues, inclusive os ocupantes/assentados notificados já apresentaram defesas que estão em fase de análise pela comissão de supervisão, cujas alegações que forem indeferidas serão encaminhadas à Procuradoria Regional para ajuizamento da ação de reintegração de posse, quando for o caso. Como resultado da operação, foram revisados 14 (quatorze) Projetos de Assentamento onde apresentaram situações de regulares, regulares sem processo, evadidos, inconsistências no SIPRA, ocupantes clientes com perfil, ocupantes não clientes, permutas sem anuência, indícios de preposto “laranja”, desmembramentos de parcela, reconcentração de parcelas, indícios de arrendamento, descumprimento de cláusulas resolutivas, indícios de abandono, parcelas vagas e parcelas em notificação, totalizando cerca de 3.140 parcelas vistoriadas. Para execução desta ação, foram dispendidos recursos com pagamento de diárias, combustível, locação de veículos e manutenção de veículos.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo Nº 1.248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento – PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Aurora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta. Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto. Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0137.10YN	P	3	Projeto consolidado (unidade)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
–	–	–	–

Fonte: SIAFI.

Ação não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.2.6 AÇÃO 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamento da Reforma Agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das áreas de reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade familiar de produção atendida (unidade)	11	0	0	0	0,00%	11

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
40.000,00	34.350,00	33.931,86	98,78%	33.931,86	98,78%	33.931,86	98,78%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

A concepção hoje no INCRA e, em particular, na Superintendência Regional, é que para execução da ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, há necessidade de formação de parcerias que viabilizem a implantação de projetos de recuperação ou manejo de recursos naturais nos projetos de assentamento, visto que a Superintendência não dispõe de pessoal suficiente para proposição e execução de projetos dessa natureza.

No decorrer do ano de 2011 e por ausência de assistência técnica às famílias assentadas, não recebemos nenhuma proposta de projeto na linha de recuperação de áreas degradadas ou manejo de recursos naturais, proposto por empresas contratadas para prestar assistência técnica nos projetos de assentamento de reforma agrária da região. Para este ano em virtude da contratação de empresas de assistência técnica espera-se que seja superada esta dificuldade na apresentação de projetos.

Ainda assim está em curso Programa Agrobiodiversidade da Amazônia em conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento e que tem como uma de suas finalidades a instalação de viveiros de mudas em projetos de assentamento, com objetivo de criar condições para futura implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas de reserva legal nos assentamentos como estratégia de recuperação dessas áreas, com oportunidade de geração de renda para as famílias. O programa supracitado, em parceria com a Embrapa para implantação de 30 viveiros de mudas de espécies florestais e frutíferas em projetos de assentamento localizados nos municípios de Marabá e Itupiranga, encontra-se em pleno funcionamento com a instalação dos viveiros em áreas de projetos de assentamento da SR(27) – Marabá, com mudas em desenvolvimento, estando na fase de aquisição de sistemas de irrigação para serem implantados.

Nesse sentido, a perspectiva é que se crie condições para implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas (reserva legal e preservação permanente) nos projetos de assentamento, dando-se a efetiva implementação das ações previstas pela ação 2B06, já para o ano de 2012.

Os recursos financeiros pagos no ano de 2011 (quadro acima), foram basicamente para acompanhamentos dos técnicos junto ao Programa de Agrobiodiversidade da Amazônia, acima descrito.

2.3.2.7 Ação 0427 – Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da Reforma Agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semiárido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0137.0427	OP	3	Família atendida (unidade)	2.464	0	0	0	0,00%	2.464

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
21.255.375,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
91.900.800,00	91.900.800,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O Crédito Instalação é uma operação especial de crédito do Governo Federal destinada aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, e visa dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades (PPA 2008-2011). A Norma de Execução Nº 79, de 26 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 29 de dezembro de 2008, Seção 1, estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos

do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária, atrelada a nova redação dada na Norma de Execução Nº 86, de 04 de novembro de 2009, publicada no DOU de 06 de novembro de 2009, Seção 1.

Ante as intervenções administrativas ocorridas em 2010 na Superintendência Regional do INCRA de Marabá (PA) – SR(27), bem como a suspensão de todo e qualquer desbloqueio das contas vinculadas para fins de pagamento de crédito e ainda o cumprimento das exigências de saneamento processual solicitada pela Auditoria Interna, em 2011 a SR(27), dispensou qualquer aporte de recurso orçamentário e financeiro para a atender a ação em tela, uma vez que direcionou a força de trabalho para o cumprimento das exigências acima.

Esta Superintendência Regional cancelou os valores empenhados de R\$ 91.900.800,00 (noventa e um milhões, novecentos mil e oitocentos reais) inscritos em Restos a Pagar, uma vez que por orientação da Diretoria de Desenvolvimento, devido ao grande volume de recursos nas contas das associações de trabalhadores rurais oriundas de programações orçamentárias anteriores, sem perspectiva de imediata aplicação, as demandas de créditos inerentes aos valores inscritos em Restos a Pagar, deveriam ser atendidas, se fosse o caso, com remanejamento de recursos das contas ociosas sem perspectiva de imediata aplicação.

Destarte, apesar da não execução orçamentária e financeira no exercício de 2011, a Superintendência após o desbloqueio das contas vinculadas, devido o grande volume de processos de crédito instalação em vigência e o acentuado valor financeiro de exercícios anteriores constantes nas contas vinculadas à ação em comento, permitiram ao Setor de Crédito atender 1.576 famílias aplicando efetivamente R\$ 14.905.400,00 (quatorze milhões, novecentos e cinco mil e quatrocentos reais), nas modalidades Apoio Inicial, Aquisição de Material para Construção, Fomento e Aquisição de Material de Construção para Recuperação de habitações rurais em Projetos de Assentamento.

2.3.2.8 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação, divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.0137.2272	A	3	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
1.300.000,00	1.568.419,00	1.474.643,50	94,02%	1.344.552,63	85,73%	1.344.552,63	85,73%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
90.779,79	39.195,88	49.903,91	1.680,00

Fonte: SIAFI.

Do limite autorizado para esta ação, R\$ 2.656.054,13 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e quatro reais e treze centavos), foram concedidos às Unidades Avançadas, para dar suporte operacional e administrativo do programa, o valor de R\$ 793.388,80 (setecentos e noventa e três mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), resultando no valor empenhado de R\$ 1.828.327,07 (um milhão, oitocentos e vinte

e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sete centavos), e saldo de crédito disponível não aplicado de R\$ 34.338,26 (trinta e quatro mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e seis centavos). Com relação aos valores pagos, na ordem de R\$ 1.749.108,62 (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, cento e oito reais e sessenta e dois centavos), foram utilizados para atender despesas de suporte operacional na sede da SR e Unidades Avançadas, no acompanhamento e execução das ações vinculadas ao programa que compreendem: concessões de diárias, passagens, material de consumo (combustíveis e outros), locação de veículos, manutenção de veículos, despesas de exercícios anteriores e aquisição de material permanente. Das ações realizadas, pode-se destacar os trabalhos de vistorias ocupacionais segundo a Instrução Normativa Nº 47, de setembro de 2009, que estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores, onde possibilitou a regularização de cerca de 2.800 ocupações irregulares, além das vistorias que possibilitaram a confecção de 4.447 Contratos de Concessão de Uso – CCU. Assim como, a contratação e fiscalização da aplicação de recursos concedidos para Crédito Instalação a famílias assentadas, vistoria e fiscalização de obras de infraestrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais e pontes em áreas de projetos de assentamento através de convênios celebrados com municípios. Vistoria e levantamento com fins de cadastramento de famílias que estão ocupando irregularmente lotes de terra em projetos de assentamento e que receberam assistência técnica. Deslocamento de servidores do Setor de Engenharia até a cidade de Conceição do Araguaia objetivando trabalhar na elaboração do Projeto Técnico de construção do prédio/sede da unidade avançada instalada naquela cidade, como também para elaboração de projeto básico para recuperação de estradas vicinais objeto de contratação via procedimento licitatório. Além de outros deslocamentos a campo e cidade feitos por servidores lotados no Gabinete da Superintendência tratando de questões de interesse do INCRA/SR(27).

Utilizando recursos orçamentários desta ação, foram realizadas despesas na área de Tecnologia da Informação no valor de R\$ 75.362,94 (setenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), com aquisição de material de processamento de dados, contrato de locação de mão de obra de suporte em informática na sede da SR, contratos de prestação de serviços de acesso à Internet nas unidades avançadas, prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática e aquisição de equipamentos e material permanente.

2.3.3 PROGRAMA 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a Reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à Reforma Agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Wilson Batista Simões.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de terra pública, taxa de ocupação territorial aparente, taxa de atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; taxa de georreferenciamento de áreas rurais; taxa de georreferenciamento de imóveis até quatro módulos fiscais; taxa de georreferenciamento de imóveis rurais; taxa de ocupação territorial aparente; taxa de regularização de imóveis rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

Principais Ações do Programa

- AÇÃO 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural;
- AÇÃO 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional;
- AÇÃO 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos;
- AÇÃO 8380 – Retomada de Terras Públicas;
- AÇÃO 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas;
- AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa.

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.3.1 Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos – SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos. (alteração no PPA 2008–2011).

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento *in loco* (vistoria de fiscalização); b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os serviços registrares; c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro – UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país; d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra – GUT e Grau de Eficiência na Exploração – GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas – PGE; f) geração de informações que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e) = (d × 100 ÷ a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel gerenciado (unidade)	2.488	2.285	0	2.285	91,84%	203

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
22.390,00	43.709,00	41.188,42	94,23%	35.694,82	81,66%	35.694,82	81,66%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
2.850,00	0,00	2.850,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O gerenciamento do cadastro rural é responsável pela organização, manutenção e atualização dos cadastros de imóveis rurais e seus detentores no SNCR.

Em 2011, foram capacitados servidores de 5 Unidades Municipais de Cadastro e efetuado o monitoramento de 8 UMC.

Também em 2011, foram analisados 448 processos de imóveis rurais objeto de georreferenciamento e emitidas 292 certificações.

Ainda no exercício de 2011, objetivando a aferição de GUT e GEE foram analisados e classificados 13 processos de desapropriação de terras.

O Serviço de Cadastro Rural possui um *box* para atendimento na Sala do Cidadão, tendo sido atendidos no ano de 2011 cerca de 2000 clientes do meio rural.

Segue abaixo quadro com o quantitativo de atualizações cadastrais efetuadas pelo Serviço de Cadastro Rural da SR e UMC e o quantitativo de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) emitidos na circunscrição da Superintendência Regional.

Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atualização Cadastral	122	151	223	189	183	115	150	216	237	209	255	235	2.285
Emissão de CCIR	724	733	823	793	977	797	731	1.175	1.277	887	1.158	922	10.997

Tabela 2 – Atualizações cadastrais e emissões de CCIR no Exercício 2010.

O saldo constante na execução orçamentária de R\$ 5.493,60 e o não alcance da meta física (91,84%) deve-se ao fato da dificuldade de se conseguir veículo para efetuar monitoramento nas UMC da circunscrição desta SR, bem como o número reduzido de servidores para a execução desta ação.

Dificuldades apresentadas para o alcance da meta estabelecida para 2011:

- Número reduzido de servidores:
 - Contamos apenas com 1 fiscal de cadastro rural para analisar processos de fiscalização cadastral e atualização de imóveis rurais acima de 5.000 ha;
 - 2 técnicos para análise de processos de georreferenciamento;
 - 2 técnicos para análise de processos de imóveis com área de até 4 módulos fiscais;
 - 1 colaborador terceirizado (digitador).

- Falta de capacitação para servidores:
 - Falta de capacitação para os técnicos em atividades no serviço de Cadastro Rural: capacitação do Manual de Cadastro Rural, Capacitação em Fiscalização Cadastral, curso de cadeia dominial e outros.
- Dificuldade para conseguir veículo na SR para as viagens:
 - As programações para ações junto às UMC e Serviço Cartorial sempre sofrem atraso pela falta de veículo para deslocamento de servidor. Em 2 monitoramentos do ano de 2011, os veículos fornecidos estavam em péssimas condições de uso e apresentaram problemas mecânicos na estrada.

Abaixo, quadro com a síntese das atividades desenvolvidas pelo Setor de Cadastro Rural da SR(27) em 2011.

Atividade	Quantidade
Processos de Fiscalização Cadastral Finalizados em 2010	7
Análise Cadastral em Processos de Certificação	448
Capacitação de Pessoal de UMC	5
Monitorias de UMC	8
Acordos de Cooperação Técnica Formalizados (UMC)	3
Observações (atualizações cadastrais – 2011)	2.285

Tabela 3 – Resumo das atividades desenvolvidas em 2011.

2.3.3.2 Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predefinidas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa – Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE – RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as superintendências regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de registros imobiliários e demais entes públicos. Efetuar o georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei Nº 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e sensoriamento remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas – SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa – Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE – RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.127.0138.4426	A	3	Área georreferenciada (ha)	–	–	–	–	–	–

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
–	–	–	–	–	–	–	–

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
3.975,00	2.675,00	1.300,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Texto da justificativa, será inserido aqui.

2.3.3.3 Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel regularizado (unidade)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIn.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	15.000,00	15.000,00	100,00%	15.000,00	100,00%	15.000,00	100,00%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
165.084,80	152.664,80	12.420,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O Terra Legal Amazônia é um programa do Governo Federal que visa regularizar áreas da União ocupadas por posseiros nos nove estados que compõem a Amazônia Legal. O Programa, desenvolvido em parceria com estados e municípios, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O controle e monitoramento das ações executadas pelas Divisões, são efetuados pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA em Brasília (DF). Os recursos descentralizados nesta ação foram utilizados mais especificamente para atender despesas com aquisição de combustível, fim dar suporte operacional as atividades de fiscalização de georreferenciamento de áreas cadastradas para fins de regularização através do Programa “Terra Legal Amazônia”.

2.3.3.4 Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição: Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.127.0138.8380	A	3	Área com processo impetrado (ha)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
—	—	—	—

Fonte: SIAFI.

Não houve trabalhos relativos a retomada de terras públicas no âmbito da SR.

2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição: Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnosticada (ha)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
4.500,00	0,00	4.500,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Texto da justificativa, será inserido aqui.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA(08)

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.0138.2272	A	3	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIs.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
0,00	229.633,00	221.900,96	96,63%	187.378,69	81,60%	187.378,69	81,60%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
144.640,00	0,00	143.900,00	740,00

Fonte: SIAFI.

Acolhendo solicitação oriunda da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA(08) e Divisão de Obtenção de Terras – SR(27)T, foram descentralizados recursos orçamentários e financeiros destinados a atender despesas com os

trabalhos de identificação e localização de ocupações incidentes na área do Projeto de Assentamento Tucumã. Em ação conjunta integrada por técnicos do INCRA/SR(27) & SRFA(08), foram realizados trabalhos de levantamento ocupacional na área da Gleba Carapanã (PA Tucumã), cuja localização abrange os municípios de Tucumã, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Parauapebas (PA), constando até o exercício de 2010, o assentamento de 3.380 famílias em Relação de Beneficiários – RB. As atividades de campo constituíram-se em identificar os ocupantes com a coleta de informações em formulário pré-elaborado, sendo este assinado pelo mesmo ou por informante habilitado e localizar a área com a tirada de coordenadas geográficas através de aparelho GPS Garmin, normalmente na casa de moradia (sede), como ponto de referência de localização. Os trabalhos tiveram início no mês de junho, indo até o mês de setembro, ocorrendo também vários intervalos nos períodos de realização dos mesmos e que esses foram desenvolvidos por apenas duas equipes, resultando na identificação de 938 ocupações, concluindo-se o levantamento de campo. Somando-se os resultados obtidos em exercícios anteriores, teve-se a localização de um total de 2.805 ocupações. No entanto, esse número não pode ser considerado como definitivo, uma vez que parte dos ocupantes não se encontravam nas áreas ou nos locais indicados pela equipe de vistoria. Considerando que a área do Projeto de Assentamento Tucumã encontra-se totalmente ocupada, de forma diversificada e desordenada, tanto pela dimensão das ocupações, como também pelos perfis dos ocupantes, a equipe técnica avaliou que o mais exequível à área do Projeto Tucumã, seria de se verificar a possibilidade de retificação do ato de criação do Projeto, ou outro instrumento que possibilite a organização e a regularização das situações identificadas, ou, na forma de organização, manter parte como Projeto de Assentamento e a parte onde se concentram as ocupações com características de regularização fundiária através do Programa Terra Legal Amazônia, ou outra forma de encaminhamento que condicione a regularização da área e consequentemente dos ocupantes do PA. Parte de recursos desta ação foram utilizados para atender despesas com aquisição de pneus, manutenção de veículos, digitalização de acervo fundiário etc., fim dar suporte operacional às atividades desenvolvidas pela Divisão Estadual de Regularização Fundiária – SRFA(08) local, como também em Unidade Avançada da SR.

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(27)F

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.0138.2272	A	3	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
		(c)	(d) = (c ÷ b)	(e)	(f) = (e ÷ b)	(g)	(h) = (g ÷ b)
15.500,00	151.440,00	133.719,95	88,30%	22.381,93	14,78%	22.381,93	14,78%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
7.178,00	0,00	7.178,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O valor de R\$ 22.381,93 foi utilizado pela Divisão de Administração em despesas de custeio: pagamento de energia elétrica, telefone, Internet etc. Os recursos chegaram no decorrer do mês de dezembro, não havendo tempo hábil para efetuar licitação para aquisição de bens e serviços necessários para Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(27)F.

2.3.4 PROGRAMA 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas.

Objetivo Geral: Promover a Reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Claudeck Alves Ferreira.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

Principais Ações do Programa

- Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.4.1 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do Serviço Público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado (unidade)	74	132	0	132	178,38%	0

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
31.894,00	103.806,98	96.849,61	93,30%	85.699,89	82,56%	85.699,89	82,56%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
21.514,48	2.066,50	19.447,98	0,00

Fonte: SIAFI.

O recurso financeiro relativo à ação 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação é centralizado no INCRA (Sede) e descentralizado a esta SR(27) mediante solicitação de recursos a cada proposta de evento de capacitação deferida pela Diretoria de Gestão Administrativa.

Do total de R\$ 103.806,98 (cento e três mil, oitocentos e seis reais e noventa e oito centavos) de provisão recebida foram empenhados R\$ 96.849,61 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos) perfazendo um total de 93,30%. O recurso provisionado supracitado não foi totalmente empenhado porque houve cancelamento de eventos de capacitação, pelas organizadoras, após a descentralização do recurso.

Do total de R\$ 96.849,61 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos) empenhados foram liquidados R\$ 85.699,89 (oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos) perfazendo uma porcentagem de 82,56% das despesas pagas, sendo que tal diferença se deu na rubrica relativa a passagens e despesas com locomoção referentes aos eventos cancelados, ficando assim essas despesas inscritas em Restos a Pagar (RAP) que foram anuladas neste ano de 2012.

Durante o ano de 2011, surgiu a necessidade de instruir os servidores a planejar de forma estratégica e a compreender a implementação da política de assistência técnica, então foram oferecidos aos servidores capacitações relativas a temas que contribuíam para o desenvolvimento das atividades de acordo com o cenário administrativo local e de relevância para esta Regional. Esses eventos de capacitação foram ministrados na cidade sede desta Superintendência, possibilitando um grande número de participantes elevando a meta física atingida para o percentual de 178,38%.

2.3.5 PROGRAMA 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Euderio de Macedo Coelho.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassínatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

Principais Ações do Programa

- Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas
- Ação 4284 – Prevenção de Tensão Social no Campo
- Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.5.1 Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária.

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.1120.2109	A	3	Família acampada assistida (unidade)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
0,00	490.499,17	479.680,42	97,79%	464.498,10	94,70%	464.498,10	94,70%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
176.014,17	2.875,08	173.139,09	0,00

Fonte: SIAFI.

A Ouvidoria Agrária Nacional vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA, com sede em Brasília/DF, viabilizou a descentralização de recursos na forma de destaques orçamentários destinados a atender ações do programa Paz no Campo, à cargo da Ouvidoria Agrária Regional em Marabá/PA.

Nesta ação, foram desencadeadas as seguintes ações/operações policiais civis e militares no âmbito da SR27/MB:

- 1- Operação policial denominada “Carajás”, nas zonas rurais dos municípios de Marabá, Breu Branco, Bom Jesus do Tocantins, Eldorado do Carajás e Curionópolis/PA;
- 2- Operação policial de investigação de homicídio de trabalhador rural na Fazenda Cruzeiro Novo, município de Conceição do Araguaia/PA;
- 3- Operação policial denominada “Serra Dourada”, realizada nos municípios de Marabá, Jacundá, Goianésia do Pará, Curionópolis, Breu Branco, Abel Figueiredo e Dom Elizeu/PA;
- 4- Operação policial denominada “Cangalha”, realizada na zona rural dos municípios de Santana do Araguaia, Cumaru do Norte, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Xinguara, Ourilândia do Norte e Redenção/PA;
- 5- Desocupação voluntária da Fazenda Santa Maria, localizada no município de Conceição do Araguaia/PA, acordada em reunião na sede deste município;
- 6- Deslocamento da famílias de trabalhadores rurais sem-terras que desocuparam as Fazendas Cosipar, Retiro e Nova Era, localizados nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Itupiranga/PA;
- 7- Remanejamento de famílias de trabalhadores rurais sem-terras acampados na Fazenda Piratininga, localizada nos municípios de Baião, Tucuruí e Portel/PA;
- 8- Deslocamento de trabalhadores rurais sem-terras que desocuparam pacificamente a Fazenda Barreira Branca, no município de Marabá/PA;
- 9- Deslocamento de servidores da OAR para acompanhar reintegrações de posse de imóveis rurais e realizar vistoria em área de conflito agrário;
- 10- Aquisição e distribuição de lonas plásticas para famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras;
- 11- Aquisição de aparelhos GPS para utilização nas atividades da Ouvidoria Agrária Regional e Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, em trabalhos de assistência social, técnica e jurídica as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras.
- 12- Acompanhamento e fiscalização de entregas de cestas de alimentos as famílias acampadas dos trabalhadores rurais sem terra nos acampamentos nos municípios desta SR-27.
- 13- Localização cadastramentos/recadastramentos das famílias de trabalhadores sem terras acampadas em acampamentos nos municípios desta SR-27.
- 14- Viagem de servidores desta SR/27 a Projetos de Assentamentos para dirimir conflitos localização de divisas lotes através de levantamento de GPS entres seus assentados.

Nesta ação, foram realizadas distribuição de cestas básicas de alimentos a famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras da região Sul do Pará, cujas despesas foram oneradas em parte pela Divisão de Obtenção de Terras – ação de Cadastro e Seleção de Famílias.

Todas as ações/operações policiais realizadas, tiveram como finalidade básica, promover atividades de prevenção de tensão social no campo, mediação de conflitos agrários e outros trabalhos envolvendo a segurança no meio rural, principalmente no que diz respeito a integridade física de trabalhadores rurais sem-terras que demandavam providências do poder público para acesso ao programa de reforma agrária do governo federal na sua área de atuação.

2.3.5.2 Ação 4284 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prevenir e controlar possíveis situações de conflitos relativos às famílias acampadas, trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo ou vítimas do trabalho escravo, comunidades carentes, focos ou bolsões de pobreza no campo.

Descrição: Monitoramento e controle das possíveis situações de conflitos no campo, por meio de ações de assistência social e de resgate da cidadania, tais como: fornecer alimentação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos – DOAMC.

Coordenador nacional da ação: Gercino José da Silva Filho.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.183.1120.4284	A	3	Família assistida (unidade)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIs.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
0,00	49.560,00	49.560,00	100,00%	49.560,00	100,00%	49.560,00	100,00%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
10.896,81	0,00	10.896,81	0,00

Fonte: SIAFI.

Texto da justificativa, será inserido aqui.

2.3.5.3 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.1120.4304	A	3	Família assistida (unidade)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
0,00	72.663,53	70.773,53	97,40%	70.773,53	97,40%	70.773,53	97,40%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
—	—	—	—

Fonte: SIAFI.

Texto da justificativa, será inserido aqui.

2.3.6 PROGRAMA 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Não há.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de atendimento às comunidades remanescentes de quilombos por ações de fomento ao desenvolvimento local e sustentável; taxa de evolução de comunidades certificadas como remanescentes de quilombos; taxa de evolução de comunidades quilombolas com terras tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Principais Ações do Programa

- AÇÃO 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos
- AÇÃO 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.6.1 Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID; publicação de RTID; cadastramento das famílias quilombolas; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; publicação de portaria de reconhecimento do território; emissão de decreto de desapropriação; vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da Reforma Agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.127.1336.1642	P	3	Área reconhecida (ha)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIs.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
5.000,00	0,00	5.000,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Ação não aplicável à natureza jurídica da UJ. O valor inscrito em “Restos a Pagar”, decorreu da descentralização de recursos específicos para atender despesas com deslocamento de servidora da SR requisitada para prestar apoio em levantamento de cadeia dominial de imóveis existentes na área de quilombos Kalunga, na Diretoria Fundiária em Brasília/DF.

2.3.6.2 Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de indenização aos ocupantes das terras reconhecidas, demarcadas e tituladas aos remanescentes dos quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada (ha)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
—	—	—	—

Fonte: SIAFI.

Ação não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.7 PROGRAMA 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a Reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ana Maria Martins Barros.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de reforma agrária matriculados no ensino fundamental; taxa de jovens e adultos das áreas de reforma agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de Execução/DA/INCRA Nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art. 3º, as superintendências regionais do INCRA (SR(01)PA, SR(02)CE, SR(05)BA, SR(06)MG, SR(07)RJ, SR(08)SP, SR(10)SC, SR(18)PB, SR(19)RN, SR(20)ES, SR(22)AL, SR(23)SE, SR(24)PI, SR(26)TO, SR(28)DFE, SR(29)MSF, SR(30)/Santarém) e o INCRA (Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma, trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA (Sede).

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

Principais Ações do Programa

- Ação 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo
- Ação 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social
- Ação 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
- Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.7.1 Ação 4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, “considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”, utilizando metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a “alternância regular de períodos de estudos” (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.366.1350.4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado (unidade)	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
—	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
–	–	–	–

Fonte: SIAFI.

Ação não aplicável à natureza jurídica da UJ no exercício.

2.3.7.2 Ação 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das Ciências Agrárias e de áreas afins à Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de reforma agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, às escolas e outros programas de governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de Ciências Agrárias e de outras áreas afins à Reforma Agrária, participarão de especialização *lato sensu*, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de reforma agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de reforma agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, às escolas e outros programas de governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.363.1350.6952	A	3	Profissional capacitado (unidade)	42	42	0	42	100,00%	0

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
		(c)	(d) = (c ÷ b)	(e)	(f) = (e ÷ b)	(g)	(h) = (g ÷ b)
263.184,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
—	—	—	—

Fonte: SIAFI.

Apesar de constar da programação da SR, nesta ação, não houve movimentação de recursos orçamentários. O Curso de Especialização em Residência Agrária que foi programado para 42 educandos, através de Termo de Cooperação com a UFPA, teve também um processo demorado de análise dentro da própria Universidade e isto fez com que muitos dos educandos selecionados desistissem de iniciar no projeto até porque com a demora foram se dispersando. Assim ficaram só 20 alunos. A UFPA fez um processo seletivo especial na tentativa de repor as vagas e só conseguiu selecionar 02, ficando um total de 27 educandos.

2.3.7.3 Ação 8370 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a “alternância regular de períodos de estudos” (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de reforma agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e Pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e) = (d × 100 ÷ a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado (unidade)	60	80	100	180	300,00%	0

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
343.937,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
179.358,28	0,00	179.358,28	0,00

Fonte: SIAFI.

Apesar de constar da programação da SR, nesta ação, não houve movimentação de recursos orçamentários. Dos 100 alunos cursando Nível Superior, 50 eram do curso de Letras e 50 de Pedagogia. Desses, se formaram 74, sendo 37 de Letras e 37 de Pedagogia, objeto de convênio celebrado entre o INCRA e a FADESP/UFPA.

O convênio para atender os 90 alunos de Ensino Médio foi feito com a Escola Agrotécnica Federal, com a criação do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará – IFPA, o processo teve que ser encerrado e aberto outro processo com o Instituto recém-criado, o que levou muitos alunos a desistirem pela demora. Assim o projeto foi reiniciado apenas com 80 alunos.

O valor inscrito em Restos a Pagar (RAP) refere-se a pagamento da parcela do convênio com a FADESP/UFPA.

2.3.7.4 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.1350.2272	A	3	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
2.500,00	6.825,00	4.964,54	72,74%	4.964,54	72,74%	4.964,54	72,74%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
6.770,00	0,00	6.770,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Diante dos fatos, além do acompanhamento normal dos Cursos, visitas aos alunos em suas áreas, viagens de monitoramento nos Projetos de Assentamento contemplados, foram necessárias inúmeras reuniões, viagens e discussões com os parceiros e muitas das viagens se deram em conjunto com as SRs do Pará – SR(01) e SR(30) – em Belém/PA, envolvendo os asseguradores do Programa e os coordenadores dos Cursos programados.

2.3.8 PROGRAMA 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de ATER para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Giuseppe Serra Seca Vieira.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; taxa de agentes de ATER formados e taxa de contratação de crédito rural de investimento (texto do SIGPLAN).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei Nº 11.326/2006), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

Principais Ações do Programa

- Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- Ação 2272 – Gestão do Programa

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.8.1 Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da Reforma Agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA ou Plano de Recuperação do Assentamento – PRA. Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas socioambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores socioculturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de autossustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a – d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (unidade)	2.999	0	7.838	7.838	261,35%	0

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIs.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
2.500.000,00	385.872,08	385.872,08	100,00%	385.872,08	100,00%	385.872,08	100,00%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
7.304.693,60	5.704.477,17	1.482.450,68	117.765,75

Fonte: SIAFI.

Quanto à execução física das ações realizadas pela UJ, relatamos que a meta prevista na Programação Operacional de 2011 era o atendimento de 2.999 famílias com Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES e Elaboração de PDA/PRA em projetos de assentamento da jurisdição da SR(27). Observa-se que a meta atingida no exercício foram 7.838 famílias assistidas, proveniente de convênio firmado entre o INCRA/SR(27) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER-PA, assinado no exercício de 2008, sendo prorrogado até o ano de 2011. Atingindo, desta maneira, o percentual de 261,35% da meta estipulada para o exercício.

A previsão orçamentária do ano de 2011 foi de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Desse montante, foi recebido e liquidado apenas o valor de R\$ 385.872,08 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e oito centavos), referentes a um processo de reconhecimento de dívidas, de número 54600.000274/2011-20, onde a empresa EPL Empreendimentos e Agroassistência Ltda. requereu o pagamento dos serviços prestados no cumprimento do objeto dos contratos Nº 25/2008, Nº 26/2008 e Nº 27/2008.

No ano de 2011 foi lançado edital de Chamada Pública objetivando contratação de entidades prestadoras do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES e Elaboração de PDA/PRA visando o atendimento de 8.932 famílias em 110 projetos de assentamento da jurisdição da SR(27). No entanto, o tempo foi exíguo para a contratação das entidades no ano de 2011, e esse esforço impactará apenas nas metas do ano subsequente.

No exercício de 2011 foram escritos como Restos a Pagar (RAP) o montante de R\$ 7.304.693,60 (sete milhões, trezentos e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos). Destes, foram cancelados R\$ 5.704.477,17 (cinco milhões, setecentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e dezessete centavos) correspondente a 78,00% do total, devido ao não cumprimento, na íntegra, do objeto dos diversos contratos firmados, fato constatado após fiscalização de campo, e considerando também que tais contratos foram encerrados em 2010, antes do prazo final de execução. Aproximadamente 20,00% da quantia inscrita em RAP foram destinados a pagamento, correspondente aos serviços executados pelas prestadoras de serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES e Elaboração de PDA/PRA de contratos firmados em exercícios anteriores. O valor restante, próximo a 2,00% do RAP inscrito no exercício, que corresponde ao valor de R\$ 117.765,75 (cento e dezessete

mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) não foi pago no exercício de 2011 e ficaram inscritos em Restos a Pagar na perspectiva de serem liquidados no exercício seguinte, desde que obedecidas as devidas formalidades legais que o caso requer.

2.3.8.2 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação, divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.1427.2272	A	3	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
150.000,00	54.364,40	53.480,63	98,37%	53.480,63	98,37%	53.480,63	98,37%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
216.559,35	9.237,67	207.321,68	0,00

Fonte: SIAFI.

Para a Gestão e Administração do Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, conforme descrito acima, foi previsto um montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Destes, foram recebidos R\$ 54.364,40 (cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos). Sendo empenhado, liquidado e pago 98,37% do recebido, o que equivale a R\$ 53.480,63 (cinquenta e três

mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e três centavos). Os recursos foram para o atendimento de despesas de suporte operacional da ação, mais especificamente no pagamento de diárias (R\$ 45.858,63) e aquisição de passagens e despesas com locomoção (R\$ 7.622,00), para realizar o acompanhamento dos contratos remanescentes de exercícios anteriores, bem como participar de treinamentos e oficinas para elaboração de Chamada Pública para contratação de entidades prestadoras de ATEs/ATER e elaboração de PDA/PRA.

2.3.9 PROGRAMA 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Claudeck Alves Ferreira.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

Principais Ações do Programa

- Ação 2000 – Administração da Unidade

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.9.1 Ação 2000 – Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e 2003 – Ações de Informática. Nesse sentido, se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação 2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA (Sede).

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA (Sede).

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e) = (d × 100 ÷ a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.122.0750.2000	A	3	—	—	—	—	—	—	—

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIn.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
2.015.688,00	3.005.786,26	2.883.350,03	95,93%	2.714.924,81	90,32%	2.714.523,76	90,31%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
590.641,13	89.724,76	400.778,54	100.137,83

Fonte: SIAFI.

Por se tratar de atividade meio, não há meta física estabelecida na Programação Operacional da SR(27) para esta ação.

No tocante a recursos orçamentários, o valor aprovado na PO/2011 para esta ação foi menor do que a previsão feita pela SR(27), considerando os compromissos com despesas administrativas inerentes à gestão da Superintendência do Sul do Pará. Tal situação ocorreu em virtude das restrições orçamentárias do Governo Federal com aporte de recursos destinados às despesas correntes do INCRA. No entanto, durante o exercício foram feitas suplementações ao valor aprovado na PO da unidade, o que possibilitou o repasse para esta a SR(27) de recursos em montante superior ao inicialmente aprovado, permitindo a regional honrar em sua quase totalidade com os compromissos assumidos na área administrativa em 2011.

O crédito orçamentário destinado a essa ação foi executado em 95,93% da provisão recebida agregando na sua maior parte a realização de despesas com apoio e suporte às atividades administrativas. Desta, houve uma liquidação de 90,32% dos recursos, ficando os demais inscritos em restos a pagar.

2.3.10 PROGRAMA 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

2.3.10.1 AÇÃO 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da ação: Atividade.

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da Reforma Agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em parceria com órgãos dos governos federal, estadual e municipais e a sociedade civil organizada, faz parte de um conjunto de atividades que busca promover a igualdade de direitos para as trabalhadoras(as) rurais, garantindo o acesso à documentação civil e trabalhista de forma gratuita, próximo a suas moradias.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: MDA.

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais.

Execução física e financeira das ações executadas pela UJ

Execução física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e)=(d×100÷a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a - d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.422.1433.8402	A	3	Documento emitido (unidade)	–	3.121	0	3.121	–	–

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIs.

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011 R\$ (a)	Provisão Recebida R\$ (b)	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$ (c)	% (d) = (c ÷ b)	R\$ (e)	% (f) = (e ÷ b)	R\$ (g)	% (h) = (g ÷ b)
–	100.860,93	100.860,93	100,00%	92.220,93	91,43%	92.220,93	91,43%

Fontes: Caderno de Metas 2011 e SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no exercício 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
10.364,00	220,00	10.144,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, que tem por objetivo a implantação de um modelo atendimento moderno e informatizado para atender demanda nos municípios e localidades rurais, garantindo um atendimento com pres-

teza, agilidade, cordialidade e profissionalismo e facilitando o acesso à trabalhadora rural, a unidade móvel prestadora de serviços do PNDTR nos mutirões, disponibilizou serviços no Expresso Cidadã como:

- Documentos civis:
 - Emissão do Registro de Nascimento (RN);
 - Emissão gratuita da I via da Carteira de Identidade (RG);
 - Emissão gratuita da II via da Carteira de Identidade (RG);
- Documentos trabalhistas:
 - Emissão gratuita da I via da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - Emissão gratuita da II via da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - Emissão do registro no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
 - Emissão gratuita do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Outros serviços:
 - Emissão da Declaração de Aptidão para o crédito do PRONAF (DAP);
 - Emissão do Bloco de Notas da Trabalhadora Rural.

O valor pago em 2011, de R\$ 92.220,93 (noventa e dois mil, duzentos e vinte reais e noventa e três centavos), foi utilizado em despesas de deslocamento da equipe de sete servidores, incluindo o motorista do ônibus e do carro de apoio, material de consumo e fotográfico, combustível e contratação de serviços de um fotógrafo profissional para emissão de fotos ¾ para documentos como Carteira de Trabalho e Carteira de Identidade.

Os Mutirões da Cidadania foram executados em áreas de reforma agrária de 11 (onze) municípios do Sul e Sudeste do Pará, contabilizando a emissão de 1.435 documentos para mulheres e 1.686 documentos para homens, totalizando 3.121 documentos e o atendimento de 2.265 pessoas.

Os recursos que ficam no final de ano sem utilização, geralmente trata-se dos recursos de pagamento do fotógrafo, uma vez que os mutirões terminam no final do exercício sem tempo hábil para efetuar o pagamento dos serviços do fotógrafo.

2.3.11 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

Quadro A.2.2 – Execução física das ações realizadas pela UJ (consolidado)

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista PO 2011 (a)	Meta Realizada			Percentual da Meta Realizado (%) (e) = (d × 100 ÷ a)	Meta a Ser Realizada em 2012 (f) = (a – d)
					Iniciada no Exercício (b)	Iniciada em Exercícios Anteriores (c)	Execução Total (d) = (b + c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família assentada (unidade)	1.040	1.186	0	1.186	114,04%	0
21.631.0135.8387	A	3	Área vistoriada (ha)	140.000	72.966	14.615	87.581	62,56%	52.419
21.631.0135.8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	8	5	0	5	62,50%	3
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	16.800	29.766	0	29.766	177,18%	0
21.122.0135.2272	A	3	–	–	–	–	–	–	–
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida (unidade)	2.545	0	0	0	0,00%	2.545
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida (unidade)	900	0	602	602	66,89%	298
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (unidade)	–	–	–	–	–	–
21.631.0137.4358	A	3	Documento de titulação expedido (unidade)	936	4.143	0	4.143	442,63%	0
21.631.0137.10YN	P	3	Projeto consolidado (unidade)	–	–	–	–	–	–
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade familiar de produção atendida (unidade)	11	0	0	0	0,00%	11
21.631.0137.0427	OP	3	Família atendida (unidade)	2.464	0	0	0	0,00%	2.464
21.122.0137.2272	A	3	–	–	–	–	–	–	–
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel gerenciado (unidade)	2.488	2.285	0	2.285	91,84%	203
21.127.0138.4426	A	3	Área georreferenciada (ha)	–	–	–	–	–	–
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel regularizado (unidade)	–	–	–	–	–	–
21.127.0138.8380	A	3	Área com processo impetrado (ha)	–	–	–	–	–	–
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnosticada (ha)	–	–	–	–	–	–
21.122.0138.2272	A	3	–	–	–	–	–	–	–
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado (unidade)	74	132	0	132	178,38%	0
21.631.1120.2109	A	3	Família acampada assistida (unidade)	–	–	–	–	–	–
21.127.1336.1642	P	3	Área reconhecida (ha)	–	–	–	–	–	–
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada (ha)	–	–	–	–	–	–
21.366.1350.4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado (unidade)	–	–	–	–	–	–
21.363.1350.6952	A	3	Profissional capacitado (unidade)	42	42	0	42	100,00%	0
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado (unidade)	60	80	100	180	300,00%	0
21.122.1350.2272	A	3	–	–	–	–	–	–	–
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (unidade)	2.999	0	7.838	7.838	261,35%	0
21.122.1427.2272	A	3	–	–	–	–	–	–	–
21.122.0750.2000	A	3	–	–	–	–	–	–	–

Fontes: Lei Nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA 2011), Caderno de Metas 2011, módulo *Monitoramento e Avaliação* do SIR.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 – Identificação das unidades orçamentárias¹⁰

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Fonte:

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 – Programação de despesas correntes¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela uo							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

¹¹ Idem.

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 – Programação de despesas de capital¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela uo							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Quadro A.2.6 – Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência¹³

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			7 – Despesas Correntes		8 – Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela uo							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	133080	21122013522720001	–	–	22.208,00
			21122013722720001	–	–	329.836,38
			21122013822720001	–	–	5.990,00
			21122075020000001	–	–	453.988,60
			21122112043040001	–	–	6.840,00
			21631013583840001	–	–	11.632,00
			21631013583870001	–	–	10.496,00
			2163101372B060001	–	–	2.655,00
			21631112021090001	–	–	84.780,50
	Recebidos	133080	21122013522720001	–	–	338.996,14
			21122013722720001	–	–	1.888.955,38
			21122013822720001	–	–	429.363,00
			21122075020000001	–	–	3.297.553,86

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

Quadro A.2.7 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

			21122112043040001	–	–	79.503,53
			21122135022720001	–	–	6.825,00
			21122142722720001	–	–	54.364,40
			21125013821050001	–	–	43.709,00
			21127013821100001	–	–	15.000,00
			21128013945720001	–	–	103.806,98
			21183112042840001	–	–	49.560,00
			21422143384020001	–	–	100.860,93
			21606142744700001	–	–	385.872,08
			21631013583740001	–	–	19.480,41
			21631013583840001	–	–	115.885,57
			21631013583870001	–	–	255.107,03
			2163101372B060001	–	–	37.005,00
			21631013743580001	–	–	495.156,00
			21631013783980001	–	–	1.124.318,80
			21631112021090001	–	–	570.779,67
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	133080	21122013722720001	9.300,00	–	–
			21122013822720001	2.900,00	–	–
			2112075020000001	81.957,01	–	–
			21631112021090001	4.500,00	–	–
	Recebidos	133080	21122013722720001	18.600,00	–	–
			21122013822720001	10.600,00	–	–
			21122075020000001	244.178,01	–	–
			21631013544600001	–	6.372.590,61	–
			21631013783960001	13.448.407,00	–	–
			21631013783960060	2.000.000,00	–	–
			21631112021090001	9.000,00	–	–
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI.

Durante o exercício de 2011 verifica-se que não houve movimentação externa de crédito e que as concessões de crédito visaram ao atendimento das unidades avançadas.

As principais movimentações no exercício de 2011 com relação ao grupo outras despesas correntes e investimentos dizem respeito despesas de manutenção da unidade R\$ 3.297.553,86 (três milhões, duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos), contratação de serviços de implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamentos 15.448.407,00 (quinze milhões quatrocentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e sete reais).

Outros itens que também merecem destaque e realização de despesas com obtenção de imóveis rurais no montante de R\$ 6.372.590,61 (seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e um centavos) e demarcação topográfica no valor de R\$ 1.124.318,80.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.11 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	5.125.645,94	18.150.155,17	3.611.167,48	14.040.981,18
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	855.291,99	0,00	0,00
Concorrência	0,00	11.328.237,03	0,00	9.736.961,73
Pregão	5.125.645,94	5.966.626,15	3.611.167,48	4.304.019,45
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	981.847,01	1.082.372,34	899.032,87	933.611,24
Dispensa	641.882,00	701.319,68	587.429,96	597.797,49
Inexigibilidade	339.965,01	381.052,66	311.602,91	335.813,75
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	1.485.464,26	3.125.913,80	1.485.464,26	3.125.913,80
Pagamento em Folha	0,00	13.501,92	0,00	13.501,92
Diárias	1.485.464,26	3.112.411,88	1.485.464,26	3.112.411,88
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

No presente quadro, observa-se que no exercício de 2011, ocorreu apenas a realização de licitação na modalidade pregão e que o valor desta despesa foi inferior ao executado no exercício de 2010 em 16,46%, observa-se que em 2010 o maior valor estava para a modalidade concorrência que no exercício de 2011 não foi realizada licitação na referida modalidade.

Outro ponto que merece destaque é a redução no valor das despesas realizadas na modalidade de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) em que houve diminuição de 8,48% nas dispensas e 10,78% sob a forma de inexigibilidade.

Verifica-se da mesma forma uma grande diminuição no valor das despesas com diárias em que houve redução de 52,27% em relação ao exercício de 2010.

Quadro A.2.12 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	13.501,92	0,00	13.501,92	0,00	0,00	0,00	13.501,92
319008 – Outros Benefícios Assistenciais	0,00	13.501,92	0,00	13.501,92	0,00	0,00	0,00	13.501,92
2 – Juros e Encargos da Dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
3 – Outras Despesas Correntes	8.177.632,59	23.942.806,89	5.069.905,21	15.182.025,12	1.622.363,12	8.760.201,77	5.069.805,21	15.182.025,12
333041 – Contribuições	0,00	5.009.325,00	0,00	0,00	0,00	5.009.325,00	0,00	0,00
335041 – Contribuições	0,00	179.358,28	0,00	0,00	0,00	179.358,28	0,00	0,00
339014 – Diárias – Pessoal Civil	1.485.464,26	3.112.411,88	1.485.464,26	3.112.411,88	0,00	0,00	1.485.464,26	3.112.411,88
339030 – Material de Consumo	642.817,54	1.103.277,14	553.372,15	948.427,93	89.445,39	154.849,21	553.372,15	948.427,93
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	909.092,85	2.146.518,71	774.304,02	1.353.989,68	134.788,83	792.529,03	774.304,02	1.353.989,68
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	278.592,65	22.831,70	271.392,65	15.811,70	7.200,00	7.020,00	271.392,65	15.811,70
339037 – Locação de Mão de Obra	1.623.151,88	1.542.155,46	1.623.151,88	1.404.419,96	0,00	137.735,50	1.623.151,88	1.404.419,96
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.785.395,86	3.606.553,69	1.423.709,24	11.274.571,33	1.361.686,62	2.331.402,38	1.423.709,24	11.274.571,33
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	5.285,30	10.295,62	3.845,30	7.110,12	1.440,00	3.185,50	3.845,30	7.110,12
339092 – Despesas de Exercício Anteriores	385.872,08	194.957,23	385.972,08	93.620,00	0,00	101.337,23	385.872,08	93.620,00
339093 – Indenizações e Restituições	21.660,17	41.413,71	21.660,17	39.613,71	0,00	1.800,00	21.660,17	39.613,71
339139 – Serviços PJ – Op. Intraorçamentária	40.300,00	73.881,24	12.497,72	44.460,69	27.802,28	29.420,55	12.497,72	44.460,69
339192 – Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	12.239,11	0,00	0,00	0,00	12.239,11	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Observa-se que houve uma predominância de despesas no grupo outras despesas correntes correspondendo a 100% da categoria econômica. Verifica-se que o elemento de maior destaque é a despesa com serviços de terceiros pessoa jurídica objeto da contratação de empresas para prestação de serviços de demarcação topográfica e assistência Técnica em projetos de assentamos correspondendo a 34% do grupo, seguido do elemento locação de mão de obra com a finalidade de execução de atividades de apoio administrativo com representatividade de 20% do grupo.

Outro elemento com significativa representatividade é o elemento diárias pessoal civil utilizado para cobertura de atividades de campo visando o atingimento dos objetivos institucionais da autarquia e que representa 18% dos valores empenhados no grupo.

Percebe-se que os valores dos restos a pagar de 2011 também estão concentrados nos elementos serviços de terceiros pessoa jurídica e locação de mão de obra e que os valores pagos nos exercícios de 2010 e 2011 permaneceram praticamente iguais. Entre os motivos para a permanência de despesas em restos a pagar estão o não recebimento de recursos financeiros para cobertura das despesas.

Quadro A.2.13 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	15.464.218,99	19.159.601,73	9.639,99	8.409,20	6.172,00	19.151.192,53	9.639,99	8.409,20
444041 – Contribuições	15.448.407,00	18.290.117,54	0,00	0,00	0,00	18.290.117,54	0,00	0,00
449041 – Obras e Instalações	0,00	855.291,99	0,00	0,00	0,00	855.291,99	0,00	0,00
449052 – Equipamentos e Materiais Permanentes	15.811,99	14.192,20	9.639,99	8.409,20	6.172,00	5.733,00	9.639,99	8.409,20
5 – Inversões Financeiras	6.372.400,49	17.608.103,01	0,00	204.000,00	6.372.400,49	17.404.103,07	0,00	204.000,00
459061 – Aquisição de Imóveis	6.372.400,49	1.155.703,07	0,00	0,00	6.372.400,49	1.155.703,07	0,00	0,00
459066 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	16.452.400,00	0,00	204.000,00	0,00	16.248.400,00	0,00	204.000,00
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI.

Pelo exposto no quadro acima, observa-se que dos valores empenhados pela Regional, sua grande maioria está nos elementos contribuições com o percentual de 99,90% do grupo investimentos e aquisições de imóveis para assentamentos da Reforma Agrária com o percentual de 100% das inversões financeiras.

Observa-se que do ano de 2010 para 2011 houve uma redução de 100% no valor dos empenhos com concessão de empréstimos e financiamentos e em obras e instalações.

Verifica-se da mesma forma uma grande diminuição das inscrições em restos a pagar das despesas de capital comparando os exercícios de 2010 com 2011.

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastro de Imóveis Rurais.	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei Nº 5.868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Superfície ocupada por imóveis cadastrados – disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela Jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br. 	65,76%
Índice de análise de processos de certificação de imóveis.	Indica o percentual de processos de certificação finalizado no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA Nº 25/2005 e NE Nº 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. 	47,83%
Índice de Regularização Fundiária.	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei Nº 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto Nº 6.992/2009, IN Nº 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de imóveis regularizados e titulados – conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. 	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras.	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	R\$/hectare	(Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício[3], dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício), no nível de agregação[4].	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – gastos no Programa 0135 / Ação 4460 – SIAFI e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. 	1.392,09
Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento.	Indica o percentual de PA com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de PA com Licença Ambiental Protocolada – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade PA com Licença Ambiental Expedida – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 	0,00%
Índice de projetos de assentamentos com licença ambiental em vigor.	Indica o percentual de PA com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 387/2002.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de assentamentos com Licença Ambiental em Vigor, dividido pelo total de assentamentos federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de projetos de assentamento com Licença Ambiental em Vigor – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade total de PA federais – SIPRA. 	5,25%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7].	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR. • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – SIPRA. 	0,00%
Índice de provimento de PDA/PRA.	Expressa a quantidade projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de projetos de assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR. • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – SIPRA. 	11,72%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas.	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – SIPRA. 	0,00%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos.	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR. • Número de famílias assentadas no exercício – conforme constante do sistema SIPRA. 	54,38%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção.	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à Agricultura Familiar.	Superintendência Regional / Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) por exercício – obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR. 	7.095
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR. • Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do sistema – SIPRA. 	11,23%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15].	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> • Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – a ser obtido pelas entidades de prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (página 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la. 	
Índice de parcelas supervisionadas.	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN Nº 47/2008.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN Nº 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de parcelas supervisionadas – conforme informação a ser controlada nos sistemas SIPRA/SIR. • Quantidade total de parcelas por nível de agregação – sistemas SIPRA/SIR. 	4,50%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados.	Expressa o número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA Nº 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – conforme o sistema SIPRA e definição das Portarias INCRA Nº 268/1996, 477/1999, 1.141/2003 e 215/2006. 	0
Índice de consolidação de assentamentos [16].	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE Nº 9/2001 – conforme constante do sistema SIPRA e apurado pela Assistência Técnica. • Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – SIPRA. 	0,00%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação.	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação – informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	72,13%
Índice de horas de capacitação.	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários – informado pela unidade responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	12,65
Índice de aprovação de convênios.	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN Nº 1/93 e Lei Nº 8.666.	Superintendência Regional / Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício pela quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV.	31,25%
Índice de qualidade de dados .	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema / Superintendência / Diretoria / Brasil	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades pela quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de inconformidades – informado pela AUD. • Quantidade de registros analisados – informado pela AUD. 	

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou similares. Contabilizar somente uma licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou similares. Contabilizar somente uma licença por assentamento. As licenças “similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos relatórios de gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos relatórios de gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destacar nos relatórios de gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CPF/CNPJ)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte:

3.1 Análise Crítica

Em 2011 não houve ocorrência nas contas contábeis 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00.

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	580,00	580,00	0,00	0,00
2009	2.201,81	1.582,31	619,50	0,00
2008	264,64	264,64	0,00	0,00
2007	532,74	532,74	0,00	0,00
2006	5.717,59	5.717,59	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	45.380.634,61	21.487.269,95	8.381.066,80	15.512.297,86
2009	127.570.149,38	66.435.405,50	57.871.793,22	3.442.950,66
2008	120.727.682,43	44.710.200,62	74.817.431,81	1.200.000,00
2007	40.076.886,37	6.990.993,06	33.085.893,31	0,00

Observações:

Fonte: SIAFI.

4.1 Análise Crítica

No quadro acima se percebe a existência de restos a pagar de exercícios anteriores e sua possibilidade se deu com a publicação do Decreto Nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011.

Nota-se que a gestão da Regional empreendeu esforços no sentido de realizar estas despesas, situação que é notada pelos cancelamentos e pagamentos acumulados.

O comportamento dessas inscrições são explicadas pelo fato das liberações orçamentárias que além de não ocorrerem de forma gradual ao longo do ano concentra suas liberações principalmente no final do exercício e além disso, sem as correspondentes liberações financeiras o que compromete os limites financeiros dos exercícios seguintes.

5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	–	191	3	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	Não há	191	3	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	185	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	6	3	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	–	0	0	0
3. Total de Servidores (1 + 2)	–	191	3	5

Fonte: SIAPE.

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1 + 1.2 + 1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	0
2.1. Para exercício de mandato eletivo	0
2.2. Para estudo ou missão no exterior	0
2.3. Para serviço em organismo internacional	0
2.4. Para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País	0
3. Removidos (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1 + 4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	1
6.1. Condenação a pena privativa à liberdade	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	10

Fonte: SIAPE.

Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no	Egressos no
	Autorizada	Efetiva	Exercício	Exercício
1. Cargos em comissão	–	22	18	8
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	22	18	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	15	12	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	1	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	Não há	6	5	5
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções gratificadas	–	1	1	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	1	1	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1 + 2)	–	23	19	8

Fonte: SIAPE.

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	31-40	41-50	51-60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	14	23	25	76	37
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de carreira	14	23	25	76	37
1.3. Servidores com contratos temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	3	10	3	3	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	10	3	3	3
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1
3. Totais (1 + 2)	17	33	28	79	40

Fonte: SIAPE.

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	22	0	90	62	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de carreira	0	1	22	0	90	62	0	0	0
1.3. Servidores com contratos temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	1	0	6	15	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	5	15	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0
3. Totais (1 + 2)	0	1	23	0	96	77	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade: 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado / Pós-Doutorado / PhD / Livre Docência; 10 – Não Classificada.									

Fonte: SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro A.5.6 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	23	2
1.1. Voluntária	16	2
1.2. Compulsória	1	0
1.3. Invalidez permanente	6	0
1.4. Outras	0	0
2. Proporcional	17	1
2.1. Voluntária	11	0
2.2. Compulsória	6	1
2.3. Invalidez permanente	0	0
2.4. Outras	0	0
3. Totais (1 + 2)	40	3

Fonte: SIAPE.

Quadro A.5.7 – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	13	0
1.1. Integral	12	0
1.2. Proporcional	1	0
2. Em atividade	23	0
3. Total (1 + 2)	36	0

Fonte: SIAPE.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	11	11	11	66.212,83
1.1. Área fim	5	5	5	5	30.141,66
1.2. Área meio	6	6	6	6	36.071,17
2. Nível médio	15	15	15	15	60.739,60
2.1. Área fim	6	6	6	6	24.362,59
2.2. Área meio	9	9	9	9	36.377,01
3. Total (1 + 2)	26	26	26	26	126.952,43

Fonte: SIAPE.

5.4 Demonstração de custos de pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	9.698.777,31		856.391,72	262.028,73	998.856,97	1.330.587,47	12.151,36	0,00	25.917,58	13.184.711,14
	2010	9.612.297,52		872.260,19	263.079,98	1.897.652,06	1.050.735,55	12.314,99	21.516,32	10.828,85	13.740.685,46
	2009	10.896.221,09		966.050,84	334.505,26	1.457.885,79	588.423,62	5.997,06	3.854,22	30.060,99	14.282.998,87
Servidores com contratos temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2011					0,00					0,00
	2010					7.926,95					7.926,95
	2009					14.622,87					14.622,87
Servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		493.415,44			166.735,64					660.151,08
	2010		483.633,47			214.182,56					697.816,03
	2009		496.814,75			150.548,64					647.363,39
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2011		4.772,64			4.782,84					9.555,48
	2010		4.911,78			6.204,84					11.116,62
	2009		5.052,12			6.204,84					9.405,55

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

Quadro A.5.12 – Autorização para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro A.5.13 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA													
UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)							CNPJ: 00.375.972/0081-45						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	005/2010	63.807.812/0001-63	08/07/2010	06/07/2012	17	17	–	–	–	–	P
2011	V	O	007/2011	05.742.568/0001-00	16/12/2011	16/12/2012	28	28	–	–	–	–	P
Observação:													
LEGENDA:													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SIAFI.

Quadro A.5.14 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA													
UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)								CNPJ: 00.375.972/0081-45					
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	050/2008	07.270.170/0001-35	31/12/2010	30/04/2012	–	–	15	15	–	–	P
2010	1	O	006/2010	07.804.828/0001-41	19/08/2010	25/04/2012	–	–	3	3	–	–	P
2009	1	O	030/2009	63.807.812/0001-63	16/12/2010	15/12/2012	–	–	2	2	–	–	P
2010	1	O	009/2010	09.583.098/0001-21	31/12/2010	30/03/2012	–	–	2	2	–	–	P
2009	3	O	019/2009	03.673.452/0001-22	09/10/2010	08/10/2012	2	2	–	–	–	–	P
Observação:													
LEGENDA:													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SIAFI.

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Este Serviço de Desenvolvimento Humano não utiliza indicadores específicos no seu gerenciamento de trabalho como forma de mensurar os objetivos e desempenho de seus servidores. As decisões geralmente são centralizadas e emanadas da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas deste Instituto em Brasília (DF).

6 Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA									
CNPJ: 00.375.972/0081-45					UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	636785	PM Pau D’Arco	815.203,36	40.760,17	464.842,25	774.443,19	2008	24/07/2011	4
1	636784	PM Parauapebas	2.209.125,47	220.912,54	596.463,88	1.391.749,05	10/12/2008	01/11/2011	1
1	653045	PM Eldorado dos Carajás	4.210.526,31	210.526,31	0,00	2.800.000,00	30/12/2008	25/04/2012	1
1	538720	Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP	809.007,20	73.537,10	147.094,02	661.873,09	28/12/2005	26/12/2011	1
1	538762	Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP	874.979,10	100.000,00	185.192,54	669.167,83	28/12/2005	26/12/2011	1
1	652830	GRAAL/LASAT	4.232.520,00	567.218,88	0,00	0,00	31/12/2008	30/12/2011	6
1	704593/2009	PM Santa Maria das Barreiras	1.368.493,91	68.424,70	342.607,48	1.300.069,21	13/11/2009	29/08/2011	1
1	704741/2009	PM Conceição do Araguaia	1.264.990,58	63.249,53	1.201.741,05	1.201.741,05	29/10/2009	28/10/2011	1
1	704740/2009	PM Ourilândia do Norte	757.063,95	37.853,20	257.704,85	719.210,75	26/10/2009	31/03/2011	1
1	704742/2009	PM Parauapebas	1.294.775,84	294.775,84	1.000.000,00	1.000.000,00	30/10/2009	27/02/2012	1
1	704743/2009	PM São Félix do Xingu	2.758.388,95	137.919,45	1.635.107,65	1.635.107,65	31/12/2009	20/03/2012	1
1	704739/2009	PM Tucumã	1.641.375,54	82.068,78	1.559.306,76	1.559.306,76	30/10/2009	18/03/2012	1
1	704957/2009	PM Palestina do Pará	421.303,18	21.303,18	0,00	0,00	30/12/2009	25/06/2011	7
1	704973/2009	PM São Domingos do Araguaia	526.315,77	26.315,77	300.000,00	500.000,00	03/11/2009	31/05/2011	1
1	704970/2009	PM Rio Maria	851.196,09	42.559,80	279.993,18	808.636,29	30/10/2009	23/04/2011	1
1	704958/2009	PM Xinguara	540.164,79	27.008,24	163.136,79	513.156,55	29/10/2009	30/05/2011	1

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA									
CNPJ: 00.375.972/0081-45						UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)			
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	706018/2009	PM Jacundá	1.576.050,82	76.050,82	441.890,78	1.500.000,00	29/10/2009	27/11/2011	1
1	706016/2009	PM Cumaru do Norte	1.052.631,58	52.631,58	1.000.000,00	1.000.000,00	29/10/2009	28/10/2011	1
1	705720/2009	PM Parauapebas	1.493.487,80	493.487,80	300.000,00	700.000,00	30/10/2009	27/05/2012	1
1	706021/2009	PM Breu Branco	180.520,40	9.026,02	70.827,81	171.494,38	28/12/2009	11/05/2011	1
1	706020/2009	PM Breu Branco	343.368,82	17.168,44	123.029,84	326.200,38	12/11/2009	06/05/2011	1
1	708950/2009	PM Floresta do Araguaia	789.473,68	39.473,68	300.000,00	300.000,00	30/12/2009	20/05/2012	1
1	709222/2009	PM Água Azul do Norte	1.219.568,56	60.978,43	1.158.590,13	1.158.590,13	24/12/2009	03/02/2012	1
1	708918/2009	PM Bannach	736.842,10	36.842,10	210.000,00	490.000,00	30/12/2009	18/10/2012	1
1	705721/2009	PM Rondon do Pará	1.058.474,48	58.474,48	0,00	0,00	30/12/2009	23/06/2011	7
1	737506/2010	Santa Maria das Barreiras	1.147.099,73	45.883,99	418.951,27	418.951,27	27/12/2010	18/06/2012	1
	737593/2010	Ourlândia do Norte	1.110.917,95	44.436,72	0,00	0,00	30/12/2010	24/12/2011	7
	753679/2010	Itupiranga	2.103.363,88	103.363,88	0,00	0,00	30/12/2010	24/12/2012	1
1	752292/2010	São Félix do Xingu	3.175.911,04	175.911,04	1.138.190,67	1.138.190,67	29/12/2010	26/04/2012	1
1	737585/2010	São Félix do Xingu	760.703,35	60.856,26	229.865,88	229.865,88	30/12/2010	21/06/2012	1
1	737594/2010	Tucumã	704.304,22	28.172,16	0,00	0,00	30/12/2010	21/06/2012	1
1	743948/2010	Tucumã	1.045.524,80	41.820,98	0,00	0,00	30/12/2010	21/06/2012	1
1	737592/2010	Brejo Grande do Araguaia	520.833,33	20.833,33	0,00	0,00	30/12/2010	27/06/2012	1
1	737685/2010	São Domingos do Araguaia	625.000,00	25.000,00	200.000,00	200.000,00	30/12/2010	20/08/2012	1
1	753685/2010	São Domingos do Araguaia	625.000,00	25.000,00	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	7
11	737617/2010	Eldorado dos Carajás	515.533,85	15.533,85	0,00	0,00	24/12/2010	24/10/2012	1
1	737689/2010	Eldorado dos Carajás	515.016,61	15.016,61	0,00	0,00	21/12/2010	15/06/2012	1
1	737589/2010	Cumaru do Norte	1.184.380,21	1.184.380,21	0,00	0,00	30/12/2010	20/10/2012	1
1	737591/2010	Breu Branco	546.901,02	27.345,05	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	7
1	739440/2010	Breu Branco	875.700,00	41.700,00	0,00	0,00	20/12/2010	30/12/2011	7

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA									
CNPJ: 00.375.972/0081-45					UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	741485/2010	São Geraldo do Araguaia	739.198,21	29.567,93	0,00	0,00	30/12/2010	27/06/2012	1
1	743940/2010	Floresta do Araguaia	781.584,37	31.263,37	0,00	0,00	30/12/2010	21/06/2012	1
1	737590/2010	Pau D’Arco	616.906,61	24.676,26	236.892,15	236.892,15	30/12/2010	21/06/2012	
1	759392/2011	Santa Maria das Barreiras	1.046.355,23	41.855,23	0,00	0,00	29/12/2011	26/06/2012	1
1	759390/2011	Ourlândia do Norte	666.409,10	13.328,18	0,00	0,00	29/12/2011	27/06/2012	1
1	760441/2011	Rio Maria	443.008,92	8.860,18	0,00	0,00	30/12/2011	27/06/2012	1
1	764818/2011	Eldorado dos Carajás	2.045.506,98	45.506,98	0,00	0,00	29/12/2011	27/06/2012	1
1	760481/2011	Marabá	3.142.400,00	251.392,00	0,00	0,00	29/12/2011	22/01/2013	1
1	761597/2011	Marabá	3.224.233,76	251.392,00	0,00	0,00	29/12/2011	23/01/2012	1
1	760460/2011	Bannach	798.436,31	15.968,73	0,00	0,00	29/12/2011	27/07/2012	1
1	761743/2011	Novo Repartimento	4.907.151,66	196.791,66	0,00	0,00	29/12/2011	24/09/2012	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 – Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI e SICONV.

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – SR(27)						
CNPJ: 00.375.972/0081-45						
UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	8	20	21	13.961.428,98	6.189.245,53	18.224.111,37
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	8	20	21	13.961.428,98	6.189.245,53	18.224.111,37

Fonte: SIAFI e SICONV.

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – SR(27)					
CNPJ: 00.375.972/0081-45			UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	30	41.080.380,04	9.066.904,51	32.013.475,53	22,07%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	30	41.080.380,04	9.066.904,51	32.013.475,53	22,07%

Fonte: SIAFI e SICONV.

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – SR(27)				
CNPJ: 00.375.972/0081-45		UG/Gestão: 133080/37201 – INCRA/SR(27)		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termo de Cooperação Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	16	
		Montante Repassado	15.013.277,79	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	4	
		Montante Repassado	1.694.920,78	
2010	Contas prestadas	Quantidade	48	
		Montante Repassado	38.149.887,01	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	11	
		Montante Repassado	9.393.246,77	
2009	Contas prestadas	Quantidade	53	
		Montante Repassado	41.694.288,40	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	31	
		Montante Repassado	25.646.024,67	
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	315.562,50	

Fonte: SIAFI e SICONV.

Quadro A.6.5 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Sul do Pará – SR(27)					
CNPJ: 00.375.972/0081-45				UG/GESTÃO: 133080/37201	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			16	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	9	
			Contas Não analisadas	2	
		Montante repassado (R\$)			14.931.197,39
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	5	
			Quantidade Reprovada	2	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	2	
			Quantidade	5	
Montante repassado (R\$)			5.111.277,30		
2010	Quantidade de contas prestadas			48	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	37	
			Quantidade Reprovada	1	
			Quantidade de TCE	1	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	10	
			Montante repassado (R\$)	3.072.042,45	
2009	Quantidade de contas prestadas			53	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	35	
			Quantidade Reprovada	12	
			Quantidade de TCE	12	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	6	
			Montante repassado		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	6	
			Montante repassado	4.547.751,43	

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.2 Análise Crítica

Inicialmente esta Superintendência Regional tem notificado as Convenientes a sanarem as pendências verificadas na ocasião da prestação de contas e quando não atendem a contento as notificações são tomadas novas medidas através da Comissão de Tomada de Contas Especial.

Os empenhos das despesas realizadas com transferências voluntárias atendeu ao quanto disposto no art. 12 do Decreto 7.445/2011, haja vista, os 08 (oito) convênios celebrados com Prefeituras Municipais terem sido empenhados em data anterior a 16.12.2011. Entretanto, no que tange ao Art. 35 do Decreto 93.872/86, cabe ressaltar que, para esses convênios celebrados, não foi efetuado nenhum repasse, ficando inscritos em Restos a Pagar, pois restaram sanar algumas pendências.

Em relação às transferências voluntárias efetuadas nos últimos três anos, observamos que todas elas foram voltadas para Prefeituras Municipais visando a implantação de infraestrutura básica em projetos de assentamento sob a atuação desta Superintendência Regional. No exercício de 2009 foram celebrados 21 convênios, para um volume de recursos da ordem de R\$ 19.226.463,81. No exercício 2010, manteve-se o mesmo quantitativo de convênios celebrados em relação a 2009 com um volume de recursos um pouco menor, na ordem de R\$ 18.290.117,54, uma variação negativa de aproximadamente 5,0%. Em 2011, houve uma variação negativa no empenho de recursos para transferências voluntárias de aproximadamente 16% em relação ao exercício imediatamente anterior, ou seja, R\$ 15.448.407,00 para um quantitativo de 08 (oito) convênios celebrados.

Essa queda de cerca de 62% no número de convênios celebrados em relação ao exercício 2010 se deve, principalmente, ao fato da maioria das Prefeituras Municipais encontrar-se com registro de inadimplência junto ao CAUC/SIAFI, o que inviabilizou a participação de algumas delas, no que pese haver uma grande demanda de infraestrutura básica na maioria dos municípios sob a atuação desta Superintendência Regional.

Em relação as medidas adotadas para gerir as transferências voluntárias no exercício 2011, temos a informar que nossos gestores procurou seguir, além dos normativos legais, as recomendações já apontadas nos Relatórios de Auditoria Interna e da CGU, de exercícios anteriores.

No que tange aos convênios vencidos registrados no SIAFI, no final do exercício restaram somente quatro que ainda estava na situação de “a comprovar”. Destes, dois estavam ainda dentro do prazo para apresentação da prestação de contas; um encontrava-se a disposição da Comissão de Procedimentos Disciplinares do INCRA em Brasília e o quarto ainda estava em vigência. Portanto, houve uma melhora sensível em relação aos exercícios anteriores.

No SICONV, notamos que algumas Convenientes não haviam inserido as informações referentes à prestação de contas final no referido sistema, mas encaminharam tais informações em papel, conforme se verifica na tabela acima, ou seja, 05(cinco) prestações de contas deixaram de ser analisadas, interferindo no cômputo geral. Essas Prefeituras Municipais foram notificadas a corrigir a pendência.

Esta Superintendência Regional empreendeu esforços no sentido de zerar o estoque de convênios vencidos que estavam na situação de “a aprovar” no SIAFI, no entanto, não conseguimos, pois a escassez de recursos humanos nos setores de Ates e Engenharia fez com que houvesse atrasos na fiscalização e elaboração dos relatórios conclusivos acerca do cumprimento do objeto dos convênios. Este problema também foi observado quanto aos convênios celebrados no SICONV. A expectativa é que com a chegada de novos servidores através deste último concurso em andamento venhamos a equacionar esses problemas.

A estrutura de controle para gerenciamento das transferências é definida de forma compartilhada, ou seja, com a Divisão cuja ação está envolvida, a qual trabalha os aspectos técnicos e fiscalização, e a Divisão de Administração, que atua na formalização, acompanhamento e na fiscalização no que tange aos aspectos financeiros.

7 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Maria José Carneiro, CPF Nº 928.248.624-91, Chefe da Divisão de Administração, exercido na Superintendência Regional do Sul do Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei Nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Marabá (PA), 30 de março de 2012.

Maria José Carneiro
928.248.624-91
Chefe da Divisão de Administração

8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	18	8	22
	Entregaram a DBR	18	6	22
	Não cumpriram a obrigação	0	2	0

Fonte:

8.1 Análise Crítica

Este Serviço de Desenvolvimento Humano solicita as Declarações de Bens e Rendimentos ou Autorizações de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física aos servidores e as recebe em folha de papel e guarda dentro da pasta funcional do servidor.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					

16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.

Procedimentos de Controle 1 2 3 4 5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.

Informação e Comunicação 1 2 3 4 5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

Monitoramento 1 2 3 4 5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.

30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.

Considerações gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		×			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				×	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	×				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	×				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	×				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	×				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	×				
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			×		
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			×		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e		×			

operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	×				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	×				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	×				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item II, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/II/2010)

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2011	Exercício 2010
Brasil	UF: Pará	8	8
	0486 – Marabá	2	2
	0561 – Tucuruí	4	4
	0619 – São Geraldo do Araguaia	1	1
	0453 – Conceição do Araguaia	2	2
	0545 – São Félix do Xingu	1	1
Subtotal Brasil		8	8
Exterior			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		8	8

Fonte: SPIUNET – 2010/2011.

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2011	Exercício 2010
Brasil	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
Exterior	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

O quadro A.11.2, denominado Distribuição Especial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, não existem no âmbito de responsabilidade da superintendência Regional do Sul do Pará, no exercício de 2010 e 2011, nem no Brasil, nem no exterior.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
133080	0483.00181500-6	15	BOM	3.080,00	05/03/01	315.140,63		
133080	0483.00182.500-1	15	RUIM		05/03/01	291.204,26		
133081	0561.00013.500-7	15	BOM	11.172,00	10/10/01	148.468,08		
133081	0561.00014.500-2	15	BOM	6.512,62	27/08/01	58..341,98		
133081	0561.00015.500-8	15	BOM	12.533,11	27/08/01	24.752,41		
133081	0561.00016.500-3	15	BOM	6.882,98	27/01/01	18.708,60		
133082	0619.00032.500-6	15	BOM	38,14		125.804,14		
133083	0453.00148.500-4	15	BOM	16.329,60		183.215,76		
133083	0453.00154.500-7	15	BOM	221,76		162.728,15		
373063	0545.00015.500-6	15	BOM	180,00		238.860,00		
Total								

Fonte: SPIUNET – 2010/2011.

11.1.1 Análise crítica

Em relação ao Quadro A.11.3, informamos que os valores ali registrados carecem de atualização, haja vista, terem havido reformas e manutenções ao longos dos últimos anos e que não foram registrados no devido tempo, no sistema, em decorrência de não termos servidor com perfil no SPIUNET para efetuar a inserção dos dados. No exercício de 2012 serão efetuadas as devidas atualizações.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das Srs

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1:		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor Saque	Fatura	Total
Total utilizado pela UG:					
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG:					
Total utilizado pela UJ:					

Fonte:

Não houve movimentação através de cartão corporativo neste exercício, em decorrência da inexistência. Há necessidade de reativação no Banco do Brasil, Agência de Marabá, da movimentação de cartão corporativo. Entretanto, o referido banco não disponibilizou o sistema para operar o uso do referido cartão.

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a + b)
2011					
2010					
2009					

Fonte:

No exercício 2011 não houve utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal no âmbito da SR(27) em razão do Banco do Brasil não haver liberado o sistema para operar o uso do cartão em questão.

14 Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010)

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Código SIORG

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-------	----------	---------	------	------	----------------------

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação

Código SIORG

Descrição da Deliberação:

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Síntese da providência adotada:

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Código SIORG

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-------	----------	---------	------	------	----------------------

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação

Código SIORG

Descrição da Deliberação:

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Código SIORG

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

Órgão/entidade objeto da recomendação

Código SIORG

Descrição da Recomendação:

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Síntese da providência adotada:

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Código SIOBG

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

Órgão/entidade objeto da recomendação

Código SIOBG

Descrição da Recomendação:

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIOBG

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna

Identificação do Relatório de Auditoria

Data do Relatório de Auditoria

Item do Relatório de Auditoria

Comunicação Expedida/Data

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação

Descrição da Recomendação

Providências adotadas pela unidade interna responsável

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Síntese das providências adotadas

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna

Identificação do Relatório de Auditoria

Item do Relatório de Auditoria

Comunicação Expedida

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação

Descrição da Recomendação

Justificativas da unidade interna responsável

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação

Justificativas para o não atendimento

PARTE B – Informações Contábeis da Gestão (Parte B Do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010)

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendencia Regional do Sul do Pará – SR(27)	133080

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações da Variações Patrimonial, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), referente ao exercício de 2011, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Superintendência Regional que apresenta contas, exceto no tocante:

a) Ativo Imobilizado, na conta Patrimonial de Bens Moveis, com a classificação contábil 142129000-Bens em Processo de localização e 142129100 – Bens Moveis a Alienar registram os valores relativos aos bens não localizado no processo de inventario, e aos bens moveis que, por algum motivo foram destinado à alienação; em relação a este item ressaltamos que a administração recebeu as orientações para levantamento já no final do exercício, ocasião em que foi designada comissão para levantamento dos bens patrimoniais e instaurado o processo administrativo 54600.002008/2011-31, mas em razão do tempo não houve conclusão dos trabalhos, portanto, os valores aritméticos entre o patrimônio e a contabilidade não foram conciliados, o que se espera fazer no exercício de 2012.

b) Compensações Ativas Diversas, convenio firmados, registro dos valores de convênios para saída de recursos firmados com outras entidades com a finalidade de atingir objetivos comuns nos termos descritos no instrumento. No exercício 2011 novamente foi formada uma comissão para proceder análise de prestação de contas dos convênios que estavam em situação de a comprovar e a aprovar. Após os trabalhos desta comissão, verificou-se a redução significativa da demanda de processos a terem suas prestações de contas analisadas. Com o SICONV a análise das prestações de contas tendem a ficar mais ágeis, entretanto, em razão dos atrasos verificados na liberação de parcelas dos convênios e na entrega dos relatórios de fiscalização por parte da Engenharia não foi concluída nenhuma prestação de contas no SICONV, além do mais algumas convenientes tiveram dificuldades de inserir tais informações no sistema, sendo estas notificadas a efetuarem as correções.

c) A conta 212.16.02.02- NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, conterà os saldos remanescentes de Restos a Pagar do exercício anterior não cancelado pela UG, POR MEIO DA TRANSAÇÃO >NE, caso isso não ocorra, serão baixados automaticamente pelo sistema por meio de evento. Cabe registrar que os saldo remanescentes de Restos a Pagar dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, não foram cancelados pela UG, considerando que o Decreto 7.654, de 23 de de-

zembro de 2011, prorrogou sua validade, acumulando os saldo na conta 295.11.0100- RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, pelo encerramento do exercício, portanto, fatos ocorridos e que vem acontecendo, que certamente causam desequilíbrios nas contas orçamentárias e financeiras e no resultado do Balanço Patrimonial da UG, vez que as despesas foram consolidadas na inscrição de empenho em restos a pagar não processados, de acordo com a classificação dos sub-itens correspondente a Natureza de Despesas dos respectivos empenhos.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Marabá – PA	Data	26/03/2012
Contador Responsável	Manoel de Vasconcelos Castilho	CRC Nº	2989/PA

17 Demonstrações contábeis previstas na Lei Nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	2011	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E	EMISSAO	29/03/2012	PAGINA	11
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	607.171,53	186.665,74	DESPESAS CORRENTES	7.302.612,71	25.302.087,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	607.171,53	186.665,74	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	13.501,92
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.262.312,71	25.202.465,62
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	10.059.156,84	18.395.233,99	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	0,00	5.099.325,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	9.480.297,84	15.419.041,99	OUTRAS DESPESAS	7.262.312,71	20.103.140,62
SUB-REPASSE RECEBIDO	9.480.297,84	15.419.041,99	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	40.300,00	86.120,35
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	9.480.297,84	15.419.041,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.300,00	86.120,35
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	578.859,00	2.976.192,00	DESPESAS DE CAPITAL	21.836.619,48	36.767.704,80
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	578.859,00	2.976.192,00	INVESTIMENTOS	15.464.218,99	19.159.601,73
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	578.859,00	2.976.192,00	INVERSOES FINANCEIRAS	6.372.400,49	17.608.103,07
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	330.597.484,08	469.198.311,81	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.236.168,26	3.135.021,48
VALORES EM CIRCULACAO	142.767.703,79	167.802.447,74	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.236.168,26	3.135.021,48
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	142.767.703,79	167.802.447,74	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	2.628.996,73	2.948.355,74
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	148.064.282,78	158.871.530,46	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.281.913,17	1.598.446,18
FORNECEDORES	5.044.432,19	0,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.347.083,56	1.349.909,56
CONVENIOS A PAGAR	1.200.000,00	0,00	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	607.171,53	186.665,74
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	3.844.432,19	0,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	308.888.412,00	422.575.397,37
RESTOS A PAGAR	143.019.850,59	158.871.530,46	VALORES EM CIRCULACAO	43.618.800,86	142.767.703,79
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	38.494.668,17	143.703.410,73	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	43.618.800,86	142.767.703,79
CANCELADO	104.525.182,42	15.168.119,73	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	143.703.410,73	168.738.379,11
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	39.765.497,51	142.524.333,61	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	143.703.410,73	168.734.363,67
INCORPORACAO DE DIREITOS	39.765.497,51	142.524.333,61	VALORES EM TRANSITO	0,00	3.395,94
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	39.765.497,51	142.524.333,61	OUTROS DEBITOS	0,00	619,50
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	121.566.200,41	111.069.314,47
			BAIXA DE DIREITOS	121.566.200,41	111.069.314,47
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	121.566.200,41	111.069.314,47
INGRESSOS	341.263.812,45	487.780.211,54	DISPENDIOS	341.263.812,45	487.780.211,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	43.618.800,86	142.767.703,79	PASSIVO FINANCEIRO	43.539.100,36	143.703.410,73
CREDITOS EM CIRCULACAO	43.618.800,86	142.767.703,79	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	43.539.100,36	143.703.410,73
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	3.853.303,35	243.370,18	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.044.432,19	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	39.765.497,51	142.524.333,61	CONVENIOS A PAGAR	1.200.000,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	953.755.016,20	783.865.032,22	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	44.711.041,60	-74.865.614,39	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	3.844.432,19	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.293.018,42	-122.897.287,45	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	38.494.668,17	143.703.410,73
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-39.765.497,51	-142.524.333,61	A LIQUIDAR	38.494.668,17	143.703.410,73
DIVERSOS RESPONSAVEIS	14.396.588,77	14.346.359,64	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-38.494.668,17	-143.703.410,73
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	22.075.890,32	5.280.686,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-38.494.668,17	-143.703.410,73
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	48.004.060,02	48.031.673,06	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ESTOQUES	14.890,82	42.503,86	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-38.494.668,17	-143.703.410,73
TITULOS E VALORES	47.989.169,20	47.989.169,20	PASSIVO REAL	5.044.432,19	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	844.859.752,24	844.859.752,24	PATRIMONIO LIQUIDO	992.329.384,87	926.632.736,01
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	844.859.752,24	844.859.752,24	PATRIMONIO/CAPITAL	926.632.736,01	903.197.251,12
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	531.868.231,52	531.868.231,52	PATRIMONIO	926.632.736,01	903.197.251,12
CREDITOS A RECEBER	312.991.520,72	312.991.520,72	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-37.925,18	0,00
PERMANENTE	64.184.222,36	13.870.894,37	RESULTADO DO PERIODO	65.734.574,04	23.435.484,89
IMOBILIZADO	64.184.222,36	13.870.894,37	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	997.373.817,06	926.632.736,01
BENS MOVEIS E IMOVEIS	64.267.658,83	13.884.785,04	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-931.639.243,02	-903.197.251,12
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-83.436,47	-13.890,67			
ATIVO REAL	997.373.817,06	926.632.736,01	PASSIVO COMPENSADO	204.335.371,29	147.438.245,80
ATIVO COMPENSADO	204.335.371,29	147.438.245,80	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	204.335.371,29	147.438.245,80
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	204.335.371,29	147.438.245,80	VALORES EM GARANTIA	283.777,71	283.777,71
GARANTIAS DE VALORES	283.777,71	283.777,71	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	119.432.263,47	111.271.188,38
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	119.432.263,47	111.271.188,38	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.245.636,82	6.477.343,93
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.245.636,82	6.477.343,93	COMPENSACOES DIVERSAS	78.373.693,29	29.405.935,78
OUTRAS COMPENSACOES	78.373.693,29	29.405.935,78			
ATIVO	1.201.709.188,35	1.074.070.981,81	PASSIVO	1.201.709.188,35	1.074.070.981,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	82.219.542,39	61.604.237,69	ORCAMENTARIAS	29.139.232,19	62.069.792,69
RECEITAS CORRENTES	607.171,53	186.665,74	DESPESAS CORRENTES	7.302.612,71	25.302.087,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	607.171,53	186.665,74	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	13.501,92
INTERFERENCIAS ATIVAS	9.480.297,84	15.419.041,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.262.312,71	25.202.465,62
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.480.297,84	15.419.041,99	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	40.300,00	86.120,35
SUB-REPASSE RECEBIDO	9.480.297,84	15.419.041,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.300,00	86.120,35
MUTACOES ATIVAS	72.132.073,02	45.998.529,96	DESPESAS DE CAPITAL	21.836.619,48	36.767.704,80
INCORPORACOES DE ATIVOS	48.746.539,69	836.127,70	INVESTIMENTOS	15.464.218,99	19.159.601,73
AQUISICOES DE BENS	48.746.539,69	632.127,70	INVERSOES FINANCEIRAS	6.372.400,49	17.608.103,07
INCORPORACAO DE CREDITOS	0,00	204.000,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	297.540.077,06	340.482.295,04
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	23.385.533,33	45.162.402,26	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.797.954,65	3.441.322,53
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	310.194.340,90	364.383.334,93	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	561.786,39	306.301,05
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.134.709,52	4.262.563,32	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.628.996,73	2.948.355,74
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	555.850,52	1.286.371,32	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	607.171,53	186.665,74
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	578.859,00	2.976.192,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	293.742.122,41	337.040.972,51
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	309.059.631,38	360.120.771,61	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	165.116.225,90	266.833.726,64
INCORPORACOES DE ATIVOS	204.456.579,06	344.952.651,88	BAIXA DE BENS IMOVEIS	80,20	2.643.047,45
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.825.049,43	3.407.033,18	BAIXA DE BENS MOVEIS	293.965,20	735.490,44
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	5.783,00	171.649,61	BAIXA DE DIREITOS	164.822.180,50	263.455.188,75
INCORPORACAO DE DIREITOS	202.625.746,63	341.373.969,09	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	31.620,62	13.890,67
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	104.525.182,42	15.168.119,73	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	31.620,62	13.890,67
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	77.869,90	0,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	128.594.275,89	70.193.355,20
AJUSTES NAO FINANCEIROS	77.869,90	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	65.734.574,04	23.435.484,89
DEFICIT			SUPERAVIT	65.734.574,04	23.435.484,89
VARIACOES ATIVAS	392.413.883,29	425.987.572,62	VARIACOES PASSIVAS	392.413.883,29	425.987.572,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	29.456.871,42	29.139.232,19	317.639,23
					DESPESAS CORRENTES	0,00	7.558.799,82	7.302.612,71	256.187,11
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	7.558.799,82	7.302.612,71	256.187,11
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	21.898.071,60	21.836.619,48	61.452,12
					INVESTIMENTOS	0,00	15.525.480,99	15.464.218,99	61.262,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	6.372.590,61	6.372.400,49	190,12
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	29.456.871,42	29.139.232,19	317.639,23
TOTAL					TOTAL	0,00	29.456.871,42	29.139.232,19	317.639,23
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	29.139.232,19	-29.139.232,19	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	29.139.232,19	-29.139.232,19	TOTAL GERAL	0,00	29.456.871,42	29.139.232,19	317.639,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-43.618.800,86	-142.767.703,79
			CREDITOS A RECEBER	-43.618.800,86	-142.767.703,79
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-43.618.800,86	-142.767.703,79
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-3.853.303,35	-243.370,18
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-39.765.497,51	-142.524.333,61
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	43.539.100,36	143.703.410,73
			OBRIGACOES A PAGAR	43.539.100,36	143.703.410,73
			FORNECEDORES	5.044.432,19	0,00
			CONVENIOS A PAGAR	1.200.000,00	0,00
			TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	3.844.432,19	0,00
			RESTOS A PAGAR	38.494.668,17	143.703.410,73
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	38.494.668,17	143.703.410,73
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	79.700,50	-935.706,94
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-39.685.797,01	-143.460.040,55
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	39.765.497,51	142.524.333,61
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	39.765.497,51	142.524.333,61
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	138.882,00	0,00	DESPESAS CORRENTES	250.501,00	474.291,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	138.882,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.501,00	474.291,19
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			OUTRAS DESPESAS	250.501,00	474.291,19
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	352.687,51	421.422,27	DESPESAS DE CAPITAL	17.423,01	4.760,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	0,00	27.055,27	INVESTIMENTOS	17.423,01	4.760,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	27.055,27	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	158.597,37	7.000,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	352.687,51	394.367,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	19.106,37	0,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	352.687,51	394.367,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	19.106,37	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	352.687,51	394.367,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	139.491,00	7.000,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	88.559,35	159.455,97	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	609,00	7.000,00
VALORES EM CIRCULACAO	66.006,14	28.820,91	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	609,00	7.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	66.006,14	28.820,91	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	138.882,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.106,37	0,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	153.607,48	94.827,05
VALORES DIFERIDOS	19.106,37	0,00	VALORES EM CIRCULACAO	22.972,42	66.006,14
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.182,20	66.006,14	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	22.972,42	66.006,14
FORNECEDORES	0,00	264,64	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	27.055,27
DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	264,64	VALORES DIFERIDOS	0,00	27.055,27
RESTOS A PAGAR	3.182,20	65.741,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.006,14	1.765,64
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.681,20	65.741,50	FORNECEDORES	264,64	264,64
CANCELADO	1.501,00	0,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	264,64	264,64
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	264,64	64.628,92	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	65.741,50	1.501,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	0,00	64.628,92	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	64.628,92	0,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	64.628,92	BAIXA DE DIREITOS	64.628,92	0,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	264,64	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	64.628,92	0,00
EXERCICIOS ANTERIORES	264,64	0,00			
INGRESSOS	580.128,86	580.878,24	DISPENDIOS	580.128,86	580.878,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	22.972,42	66.006,14	PASSIVO FINANCEIRO	20.787,57	66.006,14
CREDITOS EM CIRCULACAO	22.972,42	66.006,14	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.681,20	66.006,14
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	22.972,42	1.377,22	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	264,64
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	64.628,92	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	264,64
ATIVO NAO FINANCEIRO	49.271.635,29	49.184.240,99	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	2.775,21	-63.299,34	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.681,20	65.741,50
CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	-64.628,92	A LIQUIDAR	1.681,20	65.741,50
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	0,00	-64.628,92	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.106,37	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.775,21	1.329,58	VALORES DIFERIDOS	19.106,37	0,00
ESTOQUES	2.775,21	1.329,58	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-1.681,20	-65.741,50
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-1.681,20	-65.741,50
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	48.425.285,59	48.425.285,59	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.681,20	-65.741,50
PERMANENTE	843.574,49	822.254,74	PASSIVO REAL	19.106,37	264,64
IMOBILIZADO	843.574,49	822.254,74	PATRIMONIO LIQUIDO	49.275.501,34	49.249.982,49
BENS MOVEIS E IMOVEIS	844.437,75	822.254,74	PATRIMONIO/CAPITAL	49.249.982,49	49.374.719,12
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-863,26	0,00	PATRIMONIO	49.249.982,49	49.374.719,12
ATIVO REAL	49.294.607,71	49.250.247,13	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-517,86	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	26.036,71	-124.736,63
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	49.294.607,71	49.250.247,13
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-49.268.571,00	-49.374.983,76
ATIVO COMPENSADO	6.110,55	11.711,44	PASSIVO COMPENSADO	6.110,55	11.711,44
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	6.110,55	11.711,44	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	6.110,55	11.711,44
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.110,55	11.711,44	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.110,55	11.711,44
ATIVO	49.300.718,26	49.261.958,57	PASSIVO	49.300.718,26	49.261.958,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	226.995,93	147.470,65	ORCAMENTARIAS	287.030,38	479.051,19
RECEITAS CORRENTES	138.882,00	0,00	DESPESAS CORRENTES	250.501,00	474.291,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	138.882,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.501,00	474.291,19
INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	27.055,27	DESPESAS DE CAPITAL	17.423,01	4.760,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	27.055,27	INVESTIMENTOS	17.423,01	4.760,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	27.055,27	INTERFERENCIAS PASSIVAS	19.106,37	0,00
MUTACOES ATIVAS	88.113,93	120.415,38	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	19.106,37	0,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	88.113,93	56.174,88	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	19.106,37	0,00
AQUISICOES DE BENS	88.113,93	56.174,88	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	365.906,71	255.284,29
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	64.240,50	INTERFERENCIAS PASSIVAS	139.491,00	126.716,15
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	451.977,87	462.128,20	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	119.716,15
INTERFERENCIAS ATIVAS	352.687,51	397.499,28	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	609,00	7.000,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	3.132,28	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	138.882,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	352.687,51	394.367,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	226.415,71	128.568,14
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	99.290,36	64.628,92	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	162.010,01	128.568,14
INCORPORACOES DE ATIVOS	97.524,72	64.628,92	BAIXA DE BENS MOVEIS	97.381,09	63.939,22
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	32.895,80	0,00	BAIXA DE DIREITOS	64.628,92	64.628,92
INCORPORACAO DE DIREITOS	64.628,92	64.628,92	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	345,40	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.765,64	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	345,40	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	124.736,63	INCORPORACAO DE PASSIVOS	64.060,30	0,00
DEFICIT	0,00	124.736,63	RESULTADO PATRIMONIAL	26.036,71	0,00
			SUPERAVIT	26.036,71	0,00
VARIACOES ATIVAS	678.973,80	734.335,48	VARIACOES PASSIVAS	678.973,80	734.335,48



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
29/03/2012	11

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	310.504,51	267.924,01	42.580,50
					DESPESAS CORRENTES	0,00	283.071,50	250.501,00	32.570,50
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	283.071,50	250.501,00	32.570,50
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	27.433,01	17.423,01	10.010,00
					INVESTIMENTOS	0,00	27.433,01	17.423,01	10.010,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	310.504,51	267.924,01	42.580,50
TOTAL					TOTAL	0,00	310.504,51	267.924,01	42.580,50
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	267.924,01	-267.924,01	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	267.924,01	-267.924,01	TOTAL GERAL	0,00	310.504,51	267.924,01	42.580,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-22.972,42	-66.006,14
			CREDITOS A RECEBER	-22.972,42	-66.006,14
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-22.972,42	-66.006,14
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-22.972,42	-1.377,22
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	-64.628,92
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.681,20	66.006,14
			OBRIGACOES A PAGAR	1.681,20	66.006,14
			FORNECEDORES	0,00	264,64
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	264,64
			RESTOS A PAGAR	1.681,20	65.741,50
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.681,20	65.741,50
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	19.106,37	0,00
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	19.106,37	0,00
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	2.184,85	0,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	21.291,22	-64.628,92
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	0,00	64.628,92
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	0,00	64.628,92
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-19.106,37	0,00
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-19.106,37	0,00
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			DESPESAS CORRENTES	61.704,72	289.937,64
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	80.314,61	270.970,89	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.704,72	289.937,64
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	847,95	3.775,23	OUTRAS DESPESAS	61.704,72	289.937,64
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	847,95	3.775,23	DESPESAS DE CAPITAL	7.836,00	4.590,00
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	79.466,66	267.195,66	INVESTIMENTOS	7.836,00	4.590,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	79.466,66	267.195,66	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.847,95	847,95
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	79.466,66	267.195,66	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	847,95	847,95
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	65.900,59	87.511,13	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	847,95	847,95
VALORES EM CIRCULACAO	33.914,09	16.880,25	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.000,00	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	33.914,09	16.880,25	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.000,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	847,95	847,95	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.000,00	0,00
VALORES DIFERIDOS	847,95	847,95	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	74.826,53	63.106,43
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	25.064,34	33.066,14	VALORES EM CIRCULACAO	7.172,94	33.914,09
FORNECEDORES	580,00	580,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	7.172,94	33.914,09
DO EXERCICIO	0,00	580,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	847,95	3.775,23
DE EXERCICIOS ANTERIORES	580,00	0,00	VALORES DIFERIDOS	847,95	3.775,23
RESTOS A PAGAR	23.167,12	31.168,92	DEPOSITOS	0,00	9,25
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.427,77	31.168,92	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	9,25
CANCELADO	18.739,35	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	33.066,14	13.095,77
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00	FORNECEDORES	580,00	488,04
OUTROS DEBITOS	317,22	317,22	DE EXERCICIOS ANTERIORES	580,00	488,04
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.074,21	36.716,79	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	31.168,92	11.290,51
INCORPORACAO DE DIREITOS	6.074,21	33.739,50	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.074,21	33.739,50	OUTROS DEBITOS	317,22	317,22
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	2.977,29	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	33.739,50	12.312,09
EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	2.977,29	BAIXA DE DIREITOS	33.739,50	12.312,09
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	33.739,50	12.312,09
INGRESSOS	146.215,20	358.482,02	DISPENDIOS	146.215,20	358.482,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	7.172,94	33.914,09	PASSIVO FINANCEIRO	7.172,94	33.914,09
CREDITOS EM CIRCULACAO	7.172,94	33.914,09	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.324,99	33.066,14
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.098,73	174,59	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	897,22	897,22
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	6.074,21	33.739,50	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	580,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	19.140.289,61	19.132.544,89	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	580,00	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-6.074,21	-9.270,32	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-6.074,21	-33.739,50	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	317,22	317,22
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.074,21	-33.739,50	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	4.427,77	31.168,92
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	0,00	24.469,18	A LIQUIDAR	4.427,77	31.168,92
ESTOQUES	0,00	24.469,18	CREDORES DIVERSOS	1.000,00	1.000,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	847,95	847,95
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	VALORES DIFERIDOS	847,95	847,95
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.469.575,00	18.469.575,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-4.427,77	-31.168,92
PERMANENTE	676.788,82	672.240,21	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-4.427,77	-31.168,92
IMOBILIZADO	676.788,82	672.240,21	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	680.330,52	672.494,52	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-4.427,77	-31.168,92
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.541,70	-254,31	PASSIVO REAL	2.745,17	2.745,17
ATIVO REAL	19.147.462,55	19.166.458,98	PATRIMONIO LIQUIDO	19.144.717,38	19.163.713,81
			PATRIMONIO/CAPITAL	19.163.713,81	19.118.367,81
			PATRIMONIO	19.163.713,81	19.118.367,81
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.870,71	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	-17.125,72	45.346,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	19.147.462,55	19.166.458,98
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-19.164.588,27	-19.121.112,98
ATIVO COMPENSADO	25.391,99	25.391,99	PASSIVO COMPENSADO	25.391,99	25.391,99
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.391,99	25.391,99	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.391,99	25.391,99
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	25.391,99	25.391,99	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	25.391,99	25.391,99
ATIVO	19.172.854,54	19.191.850,97	PASSIVO	19.172.854,54	19.191.850,97



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	34.376,45	102.212,40	ORCAMENTARIAS	70.388,67	295.375,59
INTERFERENCIAS ATIVAS	847,95	3.775,23	DESPESAS CORRENTES	61.704,72	289.937,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	847,95	3.775,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.704,72	289.937,64
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	847,95	3.775,23	DESPESAS DE CAPITAL	7.836,00	4.590,00
MUTACOES ATIVAS	33.528,50	98.437,17	INVESTIMENTOS	7.836,00	4.590,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	29.101,02	78.558,76	INTERFERENCIAS PASSIVAS	847,95	847,95
AQUISICOES DE BENS	29.101,02	78.558,76	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	847,95	847,95
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.427,48	19.878,41	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	847,95	847,95
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	138.019,72	452.614,60	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	119.133,22	214.105,41
INTERFERENCIAS ATIVAS	79.466,66	393.702,11	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.000,00	46.228,57
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	126.506,45	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	46.228,57
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	79.466,66	267.195,66	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.000,00	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	58.553,06	58.912,49	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	118.133,22	167.876,84
INCORPORACOES DE ATIVOS	39.813,71	47.937,20	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	85.547,91	167.622,53
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	0,00	1.885,61	BAIXA DE BENS MOVEIS	45.734,20	121.570,94
INCORPORACAO DE DIREITOS	39.813,71	46.051,59	BAIXA DE DIREITOS	39.813,71	46.051,59
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	18.739,35	2.977,29	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.416,68	254,31
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	7.998,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.416,68	254,31
AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	7.998,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	31.168,63	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	17.125,72	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	45.346,00
DEFICIT	17.125,72	0,00	SUPERAVIT	0,00	45.346,00
VARIACOES ATIVAS	189.521,89	554.827,00	VARIACOES PASSIVAS	189.521,89	554.827,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
29/03/2012	11

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	94.960,00	69.540,72	25.419,28
					DESPESAS CORRENTES	0,00	86.960,00	61.704,72	25.255,28
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	86.960,00	61.704,72	25.255,28
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.000,00	7.836,00	164,00
					INVESTIMENTOS	0,00	8.000,00	7.836,00	164,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	94.960,00	69.540,72	25.419,28
TOTAL					TOTAL	0,00	94.960,00	69.540,72	25.419,28
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	69.540,72	-69.540,72	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	69.540,72	-69.540,72	TOTAL GERAL	0,00	94.960,00	69.540,72	25.419,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANCADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-7.172,94	-33.914,09
			CREDITOS A RECEBER	-7.172,94	-33.914,09
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-7.172,94	-33.914,09
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-1.098,73	-174,59
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-6.074,21	-33.739,50
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.324,99	33.066,14
			OBRIGACOES A PAGAR	5.007,77	31.748,92
			FORNECEDORES	580,00	580,00
			DO EXERCICIO	0,00	580,00
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	580,00	0,00
			RESTOS A PAGAR	4.427,77	31.168,92
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.427,77	31.168,92
			CREDORES DIVERSOS	1.317,22	1.317,22
			EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	317,22	317,22
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	847,95	847,95
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	847,95	847,95
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-5.226,26	-32.891,55
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	6.074,21	33.739,50
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	6.074,21	33.739,50
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-847,95	-847,95
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-847,95	-847,95
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
29/03/2012	11

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITA CAP. ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			DESPESAS CORRENTES	391.989,54	784.284,35
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	703.066,00	673.481,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	391.989,54	784.284,35
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	703.066,00	673.481,92	OUTRAS DESPESAS	391.989,54	784.284,35
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	703.066,00	673.481,92	DESPESAS DE CAPITAL	54.187,20	8.069,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	703.066,00	673.481,92	INVESTIMENTOS	54.187,20	8.069,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	310.797,49	1.154.062,72	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	129.551,78	11.192,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	135.884,23	444.878,56	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	129.551,78	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	135.884,23	444.878,56	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	129.551,78	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	129.551,78	0,00	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	11.192,00
VALORES DIFERIDOS	129.551,78	0,00	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	0,00	11.192,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	41.229,73	135.884,23	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	11.192,00
FORNECEDORES	101,32	4.131,75	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	438.134,97	1.023.999,29
DO EXERCÍCIO	101,32	0,00	VALORES EM CIRCULAÇÃO	167.950,81	135.884,23
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.131,75	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	167.950,81	135.884,23
RESTOS A PAGAR	39.775,80	130.399,87	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	135.884,23	444.878,56
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	35.576,70	130.399,87	FORNECEDORES	4.131,75	4.131,75
CANCELADO	4.199,10	0,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.131,75	4.131,75
OUTROS DÉBITOS	1.352,61	1.352,61	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	130.399,87	394,20
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	4.131,75	573.299,93	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	0,00	439.000,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	0,00	134.299,93	EM CONTRATOS	0,00	439.000,00
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	134.299,93	OUTROS DÉBITOS	1.352,61	1.352,61
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.131,75	439.000,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	134.299,93	443.236,50
EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.131,75	439.000,00	BAIXA DE DIREITOS	134.299,93	443.236,50
			CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	134.299,93	443.236,50
INGRESSOS	1.013.863,49	1.827.544,64	DISPÊNDIOS	1.013.863,49	1.827.544,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	167.950,81	135.884,23	PASSIVO FINANCEIRO	166.582,41	135.884,23
CREDITOS EM CIRCULACAO	167.950,81	135.884,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	37.030,63	135.884,23
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	167.950,81	1.584,30	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.453,93	5.484,36
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	134.299,93	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	101,32	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	48.183.853,47	48.022.387,27	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	4.131,75
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	0,00	-134.299,93	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	-134.299,93	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.352,61	1.352,61
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	0,00	-134.299,93	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	35.576,70	130.399,87
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	A LIQUIDAR	35.576,70	130.399,87
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	129.551,78	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	47.156.950,51	47.156.950,51	VALORES DIFERIDOS	129.551,78	0,00
PERMANENTE	1.026.902,96	999.736,69	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-35.576,70	-130.399,87
IMOBILIZADO	1.026.902,96	999.736,69	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-35.576,70	-130.399,87
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.029.939,19	999.736,69	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.036,23	0,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-35.576,70	-130.399,87
ATIVO REAL	48.351.804,28	48.158.271,50	PASSIVO REAL	131.005,71	5.484,36
			PATRIMONIO LIQUIDO	48.220.798,57	48.152.787,14
			PATRIMONIO/CAPITAL	48.152.787,14	47.617.719,13
			PATRIMONIO	48.152.787,14	47.617.719,13
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.825,77	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	69.837,20	535.068,01
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	48.351.804,28	48.158.271,50
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-48.281.967,08	-47.623.203,49
ATIVO	48.351.804,28	48.158.271,50	PASSIVO	48.351.804,28	48.158.271,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANCADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	210.043,39	273.606,86	ORCAMENTARIAS	575.728,52	792.353,35
MUTACOES ATIVAS	210.043,39	273.606,86	DESPESAS CORRENTES	391.989,54	784.284,35
INCORPORACOES DE ATIVOS	174.466,69	143.601,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	391.989,54	784.284,35
AQUISICOES DE BENS	174.466,69	143.601,19	DESPESAS DE CAPITAL	54.187,20	8.069,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	35.576,70	130.005,67	INVESTIMENTOS	54.187,20	8.069,00
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	845.891,78	1.873.760,67	INTERFERENCIAS PASSIVAS	129.551,78	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	703.066,00	857.224,24	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	129.551,78	0,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	183.742,32	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	129.551,78	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	703.066,00	673.481,92	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	410.369,45	819.946,17
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	142.825,78	1.016.536,43	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	106.162,55
INCORPORACOES DE ATIVOS	134.494,93	577.536,43	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	94.970,55
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	195,00	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	11.192,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	134.299,93	577.536,43	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	410.369,45	713.783,62
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	8.330,85	439.000,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	278.759,12	713.783,62
DEFICIT			BAIXA DE BENS MOVEIS	144.459,19	136.247,19
			BAIXA DE DIREITOS	134.299,93	577.536,43
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.210,46	0,00
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.210,46	0,00
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	130.399,87	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	69.837,20	535.068,01
			SUPERAVIT	69.837,20	535.068,01
VARIACOES ATIVAS	1.055.935,17	2.147.367,53	VARIACOES PASSIVAS	1.055.935,17	2.147.367,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
29/03/2012	11

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	476.517,98	446.176,74	30.341,24
					DESPESAS CORRENTES	0,00	421.159,98	391.989,54	29.170,44
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	421.159,98	391.989,54	29.170,44
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	55.358,00	54.187,20	1.170,80
					INVESTIMENTOS	0,00	55.358,00	54.187,20	1.170,80
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	476.517,98	446.176,74	30.341,24
TOTAL					TOTAL	0,00	476.517,98	446.176,74	30.341,24
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	446.176,74	-446.176,74	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	446.176,74	-446.176,74	TOTAL GERAL	0,00	476.517,98	446.176,74	30.341,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-167.950,81	-135.884,23
			CREDITOS A RECEBER	-167.950,81	-135.884,23
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-167.950,81	-135.884,23
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-167.950,81	-1.584,30
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	-134.299,93
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	37.030,63	135.884,23
			OBRIGACOES A PAGAR	35.678,02	134.531,62
			FORNECEDORES	101,32	4.131,75
			DO EXERCICIO	101,32	0,00
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	4.131,75
			RESTOS A PAGAR	35.576,70	130.399,87
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	35.576,70	130.399,87
			CREDORES DIVERSOS	1.352,61	1.352,61
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.352,61	1.352,61
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	129.551,78	0,00
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	129.551,78	0,00
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	1.368,40	0,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	130.920,18	-134.299,93
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	0,00	134.299,93
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	0,00	134.299,93
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-129.551,78	0,00
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-129.551,78	0,00
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			DESPESAS CORRENTES	130.524,62	234.238,38
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	148.761,83	266.445,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.524,62	234.238,38
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	2.068,83	3.044,30	OUTRAS DESPESAS	130.524,62	234.238,38
SUB-REPASSE RECEBIDO	101,36	1.558,09	DESPESAS DE CAPITAL	15.856,00	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	101,36	1.558,09	INVESTIMENTOS	15.856,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.967,47	1.486,21	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.900,84	41.967,47
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	146.693,00	263.401,60	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	2.650,84	1.967,47
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	146.693,00	263.401,60	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.650,84	1.967,47
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	146.693,00	263.401,60	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	250,00	40.000,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	32.715,81	24.354,83	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	250,00	40.000,00
VALORES EM CIRCULACAO	6.075,24	8.088,83	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	250,00	40.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.075,24	8.088,83	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	32.196,18	14.594,88
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.650,84	1.967,47	VALORES EM CIRCULACAO	22.532,80	6.075,24
VALORES DIFERIDOS	2.650,84	1.967,47	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	22.532,80	6.075,24
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	23.989,73	9.932,18	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.967,47	1.486,21
FORNECEDORES	299,73	0,00	VALORES DIFERIDOS	1.967,47	1.486,21
DO EXERCICIO	299,73	0,00	DEPOSITOS	0,00	778,21
RESTOS A PAGAR	23.690,00	9.932,18	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	778,21
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	19.582,23	4.107,77	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.107,77	5.824,41
CANCELADO	4.107,77	5.824,41	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	4.107,77	5.824,41
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	0,00	4.366,35	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	3.588,14	430,81
INCORPORACAO DE DIREITOS	0,00	3.588,14	BAIXA DE DIREITOS	3.588,14	430,81
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	3.588,14	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.588,14	430,81
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00	778,21			
EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	778,21			
INGRESSOS	181.477,64	290.800,73	DISPENDIOS	181.477,64	290.800,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	22.532,80	6.075,24	PASSIVO FINANCEIRO	22.532,80	6.075,24
CREDITOS EM CIRCULACAO	22.532,80	6.075,24	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	19.881,96	4.107,77
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	22.532,80	2.487,10	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	299,73	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	3.588,14	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	299,73	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	7.422.487,00	7.406.651,46	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	6.647,00	3.058,86	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	19.582,23	4.107,77
CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	-3.588,14	A LIQUIDAR	19.582,23	4.107,77
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	0,00	-3.588,14	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.650,84	1.967,47
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	6.647,00	6.647,00	VALORES DIFERIDOS	2.650,84	1.967,47
ESTOQUES	6.647,00	6.647,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-19.582,23	-4.107,77
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-19.582,23	-4.107,77
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.816.000,00	6.816.000,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-19.582,23	-4.107,77
PERMANENTE	599.840,00	587.592,60	PASSIVO REAL	2.950,57	1.967,47
IMOBILIZADO	599.840,00	587.592,60	PATRIMONIO LIQUIDO	7.442.069,23	7.410.759,23
BENS MOVEIS E IMOVEIS	603.448,60	587.592,60	PATRIMONIO/CAPITAL	7.410.759,23	7.334.075,03
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.608,60	0,00	PATRIMONIO	7.410.759,23	7.334.075,03
ATIVO REAL	7.445.019,80	7.412.726,70	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-2.165,16	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	33.475,16	76.684,20
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	7.445.019,80	7.412.726,70
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-7.411.544,64	-7.336.042,50
ATIVO COMPENSADO	15.179,80	5.179,80	PASSIVO COMPENSADO	15.179,80	5.179,80
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	15.179,80	5.179,80	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	15.179,80	5.179,80
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	15.179,80	5.179,80	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	15.179,80	5.179,80
ATIVO	7.460.199,60	7.417.906,50	PASSIVO	7.460.199,60	7.417.906,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	88.736,16	66.387,88	ORCAMENTARIAS	149.031,46	236.205,85
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.068,83	3.044,30	DESPESAS CORRENTES	130.524,62	234.238,38
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.068,83	3.044,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.524,62	234.238,38
SUB-REPASSE RECEBIDO	101,36	1.558,09	DESPESAS DE CAPITAL	15.856,00	0,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.967,47	1.486,21	INVESTIMENTOS	15.856,00	0,00
MUTACOES ATIVAS	86.667,33	63.343,58	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.650,84	1.967,47
INCORPORACOES DE ATIVOS	67.085,10	59.235,81	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.650,84	1.967,47
AQUISICOES DE BENS	67.085,10	59.235,81	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.650,84	1.967,47
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	19.582,23	4.107,77	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	61.019,49	186.837,15
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	154.789,95	433.339,32	INTERFERENCIAS PASSIVAS	250,00	40.000,01
INTERFERENCIAS ATIVAS	146.693,00	422.717,75	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	0,01
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	159.316,15	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	250,00	40.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	146.693,00	263.401,60	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	60.769,49	146.837,14
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	8.096,95	10.621,57	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	55.218,28	141.012,73
INCORPORACOES DE ATIVOS	3.989,18	4.018,95	BAIXA DE BENS MOVEIS	51.229,10	136.993,78
INCORPORACAO DE DIREITOS	3.989,18	4.018,95	BAIXA DE DIREITOS	3.989,18	4.018,95
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.107,77	6.602,62	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	1.443,44	0,00
DEFICIT			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.443,44	0,00
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	4.107,77	5.824,41
			RESULTADO PATRIMONIAL	33.475,16	76.684,20
			SUPERAVIT	33.475,16	76.684,20
VARIACOES ATIVAS	243.526,11	499.727,20	VARIACOES PASSIVAS	243.526,11	499.727,20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PAGINA
29/03/2012	11

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	149.541,00	146.380,62	3.160,38
					DESPESAS CORRENTES	0,00	133.685,00	130.524,62	3.160,38
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	133.685,00	130.524,62	3.160,38
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.856,00	15.856,00	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	15.856,00	15.856,00	0,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	149.541,00	146.380,62	3.160,38
TOTAL					TOTAL	0,00	149.541,00	146.380,62	3.160,38
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	146.380,62	-146.380,62	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	146.380,62	-146.380,62	TOTAL GERAL	0,00	149.541,00	146.380,62	3.160,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
29/03/2012	11

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-22.532,80	-6.075,24
			CREDITOS A RECEBER	-22.532,80	-6.075,24
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-22.532,80	-6.075,24
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-22.532,80	-2.487,10
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	-3.588,14
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	19.881,96	4.107,77
			OBRIGACOES A PAGAR	19.881,96	4.107,77
			FORNECEDORES	299,73	0,00
			DO EXERCICIO	299,73	0,00
			RESTOS A PAGAR	19.582,23	4.107,77
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	19.582,23	4.107,77
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	2.650,84	1.967,47
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	2.650,84	1.967,47
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	2.650,84	-1.620,67
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	0,00	3.588,14
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	0,00	3.588,14
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-2.650,84	-1.967,47
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-2.650,84	-1.967,47
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00

**PARTE C – Informações Específicas a constar do Relatório de
Gestão – Superintendências Regionais do INCRA**

18 Apresentar o Cronograma de Levantamento Relativo à Documentação Cartorária de Imóveis Rurais Acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/Nº 12/2006), dos Cartórios de Registro de Imóveis Contendo, no Mínimo, as Seguintes Informações

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correção e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo INCRA, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

No ano de 2011 não houve nenhum levantamento cartorial de imóvel acima de 10.000 ha.

II – Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

19 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação

- Disponibilidade de recursos financeiros para ocorrer os pagamentos das despesas compromissadas no exercício e restos a pagar de exercícios anteriores, poderá trazer consequências desagradáveis no desempenho da gestão orçamentária e financeira na SR. Providências devem ser tomadas à nível central na solução do problema;
- Corte no orçamento aprovado e contingenciamentos de créditos orçamentários pode interferir na execução dos programas/ações de interesse da reforma agrária;
- Intensificar operações conjuntas no sentido de mediar possíveis incidências de conflitos agrários, articulando com os movimentos sociais e lideranças de acampamentos instalados nas adjacências de propriedades rurais da região;
- Agilização dos processos de obtenção de terras à nível da SR e Sede/Brasília, visto que com essa medida estaremos abrindo portas para reduzir a demanda de famílias acampadas e consequentemente evitando ocupações desordenadas de imóveis rurais;
- Como já vem sendo reprisado em ano anterior, o fluxo de saída de servidores da SR é muito grande e vem prejudicando o desenvolvimento dos trabalhos e o cumprimento das metas institucionais, e por conseguinte, afetando o atendimento da clientela rural que fica à mercê da presença do órgão em sua localidade. O incentivo salarial, melhorias nas condições de trabalho e a nomeação dos servidores aprovados em concurso público, poderia amenizar a situação, observada a premente necessidade e carência da Regional;
- Reestruturação organizacional do INCRA passa por uma necessidade evolutiva da Autarquia, já que algumas ações encontram-se fragmentadas no seu ciclo de execução, e precisariam ser melhor delineadas com bases sólidas nos aspectos qualitativos e quantitativos do programa de reforma agrária ideal para o País. Com o advento do novo governo e a elaboração do novo PPA, seria a oportunidade de se realizar uma reforma conjuntural nas atribuições do INCRA, na tentativa de fortalecê-lo estruturalmente na direção de sua verdadeira missão institucional;
- Adotar medidas restritivas de moralização nos assentamentos através da regularização de lotes irregularmente ocupados por não-clientes da Reforma Agrária;
- Fazer gestão no sentido de reduzir o passivo existente de despesas inscritas em Restos a Pagar;
- Erradicação dos índices de pobreza no meio rural até 2014;

- Diminuir o passivo referente às condicionantes determinadas pelo Órgão Ambiental, com relação às licenças prévias e de instalação nos projetos de assentamento.